

FALA PRESTES

SÔBRE A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

ANO I — RIO DE JANEIRO, SEMANA DE 7 A 13 DE MARÇO DE 1959 — N.º 2

- * As massas querem uma nova política e exigem um candidato capaz de realizá-la.
- * A orientação entreguista e antipopular do governo torna inviável o apoio das forças patrióticas e democráticas a nomes bafejados pelo Catete.
- * Jânio Quadros: um agente do entreguismo e da reação.
- * Juraci Magalhães: inaceitável para o povo um candidato de conchavo entre a UDN e o PSD
- * Advertências a Lott e Jango.

NOVOS RUMOS

REDAÇÃO: AV. RIO BRANCO, 257 — SALA 1712

— «O debate em torno da sucessão presidencial está aberto. A formulação da plataforma e a escolha do candidato à Presidência da República não podem mais ser decididos em conchavos de gabinete, longe das vistas do povo. As forças nacionalistas e democráticas, particularmente a classe operária, começam a participar desse debate e hão de influir nas decisões dos partidos» — estas foram as primeiras palavras de Luís Carlos Prestes ao ser solicitado pela reportagem de NOVOS RUMOS para definir a posição dos comunistas brasileiros em face do problema da sucessão presidencial, questão que atrai o interesse crescente das forças políticas e da opinião pública.

E logo em seguida, referindo-se ao sentimento das massas diante do problema sucessório, acentuou o líder dos comunistas brasileiros:

— As massas trabalhadoras e populares querem uma nova política. Exigem um candidato capaz de promover o desenvolvimento independente do país, assegurar o bem-estar do povo, defender a economia nacional da investida dos trustes e realizar uma política exterior independente da pressão imperialista.

PORQUE O GOVERNO SE DESMORALIZA

— O governo do sr. Kubitschek subiu ao poder apoiado pelas forças nacionalistas e democráticas. Sempre contou com o apoio popular ao adotar medidas favoráveis aos interesses nacionais, como, por exemplo, ao defender a Petrobrás e ao denunciar os acordos atômicos. Entretanto, o governo vacila, cede à pressão do imperialismo norte-americano e dos setores entreguistas. Últimamente vem pondo em prática uma política econômico-financeira que leva rapidamente à desmoralização e à impopularidade não só o Presidente Kubitschek como as forças políticas que o cercam e apoiam.

Prestes sublinha a seguir que esta política está relacionada com a ação



“O Governo põe em prática uma política que o leva à impopularidade”

do setor entreguista do governo, do grupo antinacional liderado pelos srs. Lucas Lopes e Roberto Campos:

— Este é o setor responsável pelas medidas que mais desmoralizaram o governo nos últimos meses. Refiro-me ao chamado «programa de estabilização monetária», programa que determina o crescente esfomeamento do povo, contrário ao desenvolvi-

mento econômico do país. Refiro-me também ao escândalo do petróleo boliviano, que obrigou as forças nacionalistas do povo e do Exército a exigirem a denúncia do acordo de Roboré e a demissão do agente norte-americano Roberto Campos.

— É evidente — conclui — que um governo comprometido com esta política não pode pretender apoio popular para sua reeleição. Esta política incompatibiliza o governo com o povo e torna inviável o apoio das forças nacionalistas e populares a um candidato oficial, que surja bafejado pelo Catete.

JÂNIO — CANDIDATO DO ENTREGUISMO E DA REAÇÃO

— Compreendendo o desgaste crescente do governo Kubitschek — prossegue Luís Carlos Prestes —, as forças antinacionais se articulam para lançar a candidatura Jânio Quadros, com o objetivo de capitalizar para este candidato o descontentamento popular. O sr. Jânio Quadros é o candidato dos entreguistas, já tendo declarado que seu primeiro ato no governo seria liquidar o monopólio estatal do petróleo. É um candidato apoiado pelo que há de mais reacionário e antipopular no Brasil, desde Carlos Lacerda até «O Estado de São Paulo». O sr. Jânio Quadros procura arvorar a bandeira da moralização administrativa, mas seu governo em São Paulo usou processos de corrupção eleitoral com o dinheiro público, tendo deixado um déficit de mais de 4 bilhões de cruzeiros, segundo declarou o governador Carvalho Pinto.

A seguir, Prestes demonstra o que significa o caráter «oposicionista» da candidatura Jânio Quadros:

— Jânio Quadros se apresenta como oposicionista para explorar a indignação popular contra a política de carestia e entreguismo, que vem predominando no governo. No entanto, em recente entrevista à imprensa do Rio, elogiou calorosamente o ministro

(Conclui na 11.ª página)

DEMISSÃO DE LUCAS LOPES

Exigem os dirigentes sindicais e estudantis de Minas e a Comissão Organizadora do II Congresso Nacional dos Metalúrgicos

Os dirigentes sindicais e estudantis de Minas Gerais e a Comissão Organizadora do II Congresso Nacional dos Metalúrgicos pediram a imediata saída do sr. Lucas Lopes

do Ministério da Fazenda, como medida indispensável, entre outras, a que o governo, mudando a orientação de sua política econômico-financeira, leve à prática de ma-

neira eficaz o combate à carestia da vida.

A decisão dos líderes mineiros foi tomada por ocasião de uma reunião, em Belo Horizonte, a que

compareceram representantes da quase unanimidade dos sindicatos operários da capital montanhosa e dirigentes das organizações estudantis, a fim de debater o problema da carestia da vida. As discussões realizadas ressaltaram a necessidade de organização de um movimento amplo e nacionalmente articulado, para exigir do governo que abandone o terreno das promessas e das providências de superfície, passando a adotar medidas que conduzam a uma efetiva contenção dos preços. Entre essas medidas foi apontada a necessidade da mudança nos rumos da orientação antipopular seguida à

frente do Ministério da Fazenda pelo sr. Lucas Lopes, cuja demissão é por isso solicitada.

A Comissão Organizadora do II Congresso Nacional dos Metalúrgicos se reuniu no Distrito Federal (noticiário completo na quinta página desta edição), com a participação de representantes das entidades sindicais locais, de São Paulo, Minas e Estado do Rio. Debaten- do o problema da carestia, foi elaborado um documento a ser enviado ao presidente da República sugerindo uma série de providências, entre as quais o afastamento de elementos entreguistas do governo, como os senhores Lucas Lopes e Roberto Campos.

Os Responsáveis

O protesto do povo contra a alta desenfreada dos preços começa a assumir a feição de um amplo movimento organizado, superando a etapa inicial das manifestações espontâneas e desordenadas. Há dias os operários paulistas, atendendo a ponderações do Ministro do Trabalho, suspenderam a projetada passeata ao Catete. Agora, porém, a decisão de promover essa manifestação popular volta à ordem-do-dia, com a adesão entusiástica dos trabalhadores cariocas, mineiros e fluminenses. Já se coordena no Rio uma frente popular contra a carestia, abrangendo as organizações dos trabalhadores, dos funcionários, dos estudantes e de outros setores sociais.

Estes fatos significam que o povo, representado por setores organizados e esclarecidos da opinião pública, já não confia passivamente nas promessas do governo do sr. Kubitschek, nem se deixa enganar pelo palavreiro vazio dos discursos oficiais. Quando as massas manifestaram sua indignação contra a carestia nos «quebra-quebra» de fins do ano passado, o governo apressou-se a realizar um congelamento de preços. Logo se verificou, no entanto, que esta medida adotada em bases superficiais e temporárias, foi incapaz de conter a elevação do custo da vida. Quando os líderes sindicais levaram a Petrópolis suas exigências, o próprio Presidente comprometeu-se a encaminhar «dentro de 48 horas» as soluções reclamadas. Até hoje, porém, os trabalhadores aguardam o cumprimento da palavra presidencial no que se refere a um dos itens mais importantes de suas reivindicações: a contenção da alta dos preços.

Nada mais justo, portanto, do que as manifestações populares programadas, nas quais os trabalhadores não só erguerão seu protesto contra a situação aflitiva que atravessam como também, adotando uma posição construtiva, apresentarão ao governo sugestões concretas para uma política de combate à carestia. Nisto consiste, aliás, o sentido mais profundo desse movimento popular. O povo começa a compreender que não é possível deter a marcha dos preços sem modificar pela raiz a atual política econômico-financeira do governo do sr. Kubitschek, política inspirada pelos ianques do Fundo Monetário Internacional e executada pelo grupo entreguista de Lucas Lopes — Roberto Campos. As organizações operárias e populares se aprestam a exigir uma nova política, baseada na defesa dos interesses nacionais e no bem-estar do povo.

Qualquer modificação séria e profunda na política econômico-financeira seguida pelo governo implica, porém, na substituição dos que a inspiram e executam. Nos postos de comando dessa política não podem continuar homens de confiança dos trustes como Lucas Lopes e Roberto Campos, responsáveis diretos pelas medidas antinacionais cujos efeitos negativos se fazem sentir na alta dos preços e na situação angustiada do povo.



ESTA É BERLIM - Dividida desde 1945 em 4 setores — um soviético (o oriental), um inglês, um francês e um americano — Berlim tem duas administrações, dois governos. Localizada no coração da República Democrática Alemã, os setores ocidentais são verdadeiros focos de armamento, espionagem e sabotagem contra a RDA

Certa vez, o prefeito (burgomestre) de Berlim Ocidental, o falecido Reuter afirmou que a cidade de Berlim, tal como é hoje, é um "frontalão", ou uma cidade frente de batalha.

as medidas destinadas a tornar ainda mais aguda a divisão entre os setores ocidental e oriental da antiga capital alemã. Em 1948, Estados Unidos, Inglaterra e França tomaram uma iniciativa decisiva para apro-

fundar a divisão; realizaram unilateralmente a reforma monetária para a Alemanha Oeste e, conseqüentemente, para a parte ocidental de Berlim. Violavam assim, mais uma vez, o famoso Tratado de Potsdam (assinado pelos 4 grandes em 1945), que perdia assim seu valor jurídico, hoje invocada pelos anglo-franco-americanos precisamente a respeito de Berlim.

Traços da Berlim atual

Por toda a cidade notam-se os detalhes que assinalam a divisão forçada da grande urbe européia. Em primeiro lugar a moeda. Os berlinenses, ao passarem de um a outro setor da cidade, se têm a mão no bolso esquerdo, levam-na ao bolso direito, e vice-versa. O câmbio das duas moedas está presente na vida diária dos berlinenses. Não existe um câmbio oficial: existem dois câmbios diferentes. Em Berlim oriental, dois marcos correspondem à paridade. Mas em Berlim ocidental não são necessários quatro marcos orientais para comprar um ocidental. Embora, segundo publicações especializadas, o câmbio real (pelos preços vigentes) seja de 1,75 marcos ocidentais por oriental.

Para a aquisição de certas utilidades e serviços, mesmo este câmbio é um mito. Assim, por exemplo, uma passagem de ônibus custa 25 pfennigs na zona oriental e 85 na ocidental. Os habitantes das duas zonas da cidade têm também normas de vida diversas. Falta-se muito da prosperidade de Berlim ocidental, procurando contrastá-la com Berlim oriental. Realmente, à primeira vista a zona ocidental da cidade é mais brilhante, com seus múltiplos anúncios luminosos, com as habitações dos ricos, a luxu de certos salões e lojas que servem à grande burguesia.

Max de fato, o nível de vida média dos habitantes de Berlim oriental é mais elevado do que no ocidental. O consumo de certos alimentos, por exemplo, é bem maior no setor leste do que no oeste. Carne, manteiga, batatas, ovos, leite e outros produtos essenciais têm maior consumo per capita na zona administrada pela República Democrática Alemã. Os alugueis são muito mais baratos na zona oriental da cidade; na ocidental permanecem as habitações de porco.

Porque surgiu o problema de Berlim

Nos últimos meses, a partir de novembro do ano passado, os acontecimentos políticos internacionais têm girado quase exclusivamente em função de Berlim. Naquele mês, o primeiro ministro soviético, Nikita Krushchov fez uma declaração pública de enorme repercussão em todo o mundo: em vista da intransigência das potências ocidentais ante a questão alemã, pretendendo manter indefinidamente a divisão do país e conservar as suas tropas, a União Soviética estava disposta, no prazo de seis meses, a entregar as autoridades da República Democrática Alemã a administração da cidade. A 27 de novembro foi enviada por Moscou uma nota aos governos dos E.E.U.U., Inglaterra e França, potências acunantes das zonas ocidentais da Alemanha, sobre sua decisão a respeito de Berlim. As potências ocidentais reagiram violentamente à decisão soviética: reafirmando. Pela primeira vez, as potências ocidentais fizeram questão que tropas soviéticas permanecessem num determinado lugar.

Verificou-se então uma trave de notas de parte a parte. Foster Dulles aproveitou a deixa para continuar seu turismo diplomático da guerra fria. Vem a Londres, Paris, Berlim. Con-

ferenciou com Macmillan, de Gante, Adenauer. Surgiram as ameaças: e os soviéticos se retiraram...



FRITZ EBERT é o burgomestre (prefeito) de Berlim Oriental. É filho do primeiro estadista que foi presidente da República alemã depois da Primeira Guerra Mundial. Ebert tem feito numerosas tentativas para a aproximação dos setores ocidentais de Berlim com o setor oriental. Mas em vão

ferenciou com Macmillan, de Gante, Adenauer. Surgiram as ameaças: e os soviéticos se retiraram...

O problema alemão

O problema de Berlim é na realidade o problema da Alemanha como este é o problema da Europa, com sérios reflexos no mundo. É impossível continuar adiando indefinidamente a questão alemã. Sua solução tem sido impossível devido à atitude assumida por Washington, Londres e Paris obstinando-se a reconhecer a realidade. É a realidade a existência de dois Estados alemães: a República Democrática Alemã e a República Federal Alemã.

Ainda há poucos dias, o senador norte-americano Mansfield (do Partido Democrata) criticava acerbamente o governo dos Estados Unidos, a política do Departamento de Estado, por pretender impor ao povo alemão a República de Bonn, com todos os seus compromissos de ordem militar, econômica e política, com seu regime social diametralmente oposto ao da RDA. Caracterizando o problema de Berlim como a base da crise em processo, Mansfield afirmou que a atual posição americana é falha. Dentro de alguns meses — acrescentou o senador — os russos sairão de Berlim Oriental não obstante as nossas ordens e apesar de sentido contrário.

É possível um acôrdo?

Se políticos como o senador Mansfield consideram possível um acôrdo entre o Leste e o Oeste, milhões e milhões de pessoas em todo o mundo ansiam por esse acôrdo. Ele é factível. Basta que as potências ocidentais abandonem sua intransigência em desconhecer a realidade alemã atual: a existência de dois Estados alemães. E a possibilidade de estes dois Estados entrarem em entendimento entre si para resolver a questão que mais inquieta ao povo alemão: a reunificação do país. Essa reunificação é um imposto nacional, deseja-o ardentemente todo o povo alemão. Por que não admitir que o próprio povo alemão decida seus assuntos?

O motivo da Oposição Ocidental

Há razões profundas para a resistência ocidental a um acôrdo em Berlim, como a solução do problema alemão em conjunto. Uma vez que a política ocidental é baseada nas famosas oposições de

"BERLIM - A MAIS BARATA DE TÔDAS AS BOMBAS ATÔMICAS"

Berlim é a mais barata de todas as bombas atômicas — declarou certa vez a revista americana «News Week» o ex-burgomestre de Berlim ocidental Ernst Reuter. E Dulles, bem há pouco, não hesitou em comparar a situação de Berlim à da ilha chinesa de Quemô (base americano-chaukai-chista)

O aparelho burocrático da administração ocidental de Berlim é o mesmo dos tempos de Hitler. Nazistas fanáticos e inclusive criminosos de guerra ali têm seu quartel-general. Organizações nazistas e paramilitares atuam abertamente em Berlim ocidental, ocupando-se de atividades de espionagem, provocações e sabotagem. Nada menos de 75 dessas organizações funcionam com o beneplácito das autoridades de ocupação anglo-franco-americanas. Uma delas é mundialmente conhecida por sua agressividade: os «Stahlhelm» — «Capacetes de aço». Tem também aí sua sede organizações anti-semitas renascentes do hitlerismo e que hoje ganham virulência. Subsistem as famigeradas tropas terroristas «SS».

Está bastante claro, ante estes dados, porque as potências ocidentais se recusam terminantemente a abandonar Berlim. Não vale sua alegação de que a parte oriental da cidade seria «sovieterizada» ou «comunizada». A União Soviética propôs que seja transformada em cidade livre, com sua administração autônoma. O que não é admissível é a permanência de um foro de guerra, de provocações, espionagem e sabotagem no coração mesmo da República Democrática Alemã. Nenhum Estado do mundo poderia permitir semelhante coisa em seu território.

Um projeto exequível

Assim, o acôrdo se impõe. O acôrdo é possível. O projeto de Tratado de Paz proposto pelo governo soviético a 10 de janeiro último às potências ocidentais abre caminho à solução definitiva do grave problema. Prevê-se aí que os dois Estados alemães se entenderiam para realizar a reunificação. A Alemanha reunificada se obrigaria a não participar de qualquer aliança militar contra qualquer potência signatária do Tratado de Paz. Seriam reconhecidas as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Potsdam de 1945. A Alemanha reunificada se comprometeria a jamais recorrer às armas nem à ameaça de força para solução de litígio. As tropas estrangeiras que atualmente se encontram na Alemanha seriam evacuadas no máximo um ano após a assinatura do Tratado. A Alemanha não consentiria a instalação de bases militares ou tropas estrangeiras em seu território. As potências aliadas renunciariam às reparações a serem pagas pela Alemanha.

No pé em que se encontram as coisas, a não solução satisfatória do problema de Berlim, parte do problema alemão, levaria inevitavelmente ao agravamento de toda a situação internacional.

Isto pode e deve ser evitado. Os povos esperam que o bom-senso daqueles que têm sobre os ombros a responsabilidade de um problema sério de que depende a paz ou a guerra prevaleça sobre a política de oposições de forças e do prosseguimento da guerra fria até um ponto que conduza à deflagração de uma catástrofe universal.

CRÔNICA INTERNACIONAL



AS CASSANDRAS FALHARAM

Deixou Moscou, rumo a Paris e Bonn, o Primeiro Ministro Britânico Harold Macmillan. Os resultados de suas conversações na capital soviética foram animadores. Aceitou o governo da URSS, através de Krushchov, a proposta de Macmillan de que se reúnam os chanceleres das 4 potências — Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra e França — para discutir a questão de Berlim e o problema alemão em conjunto. Com uma condição: que essa reunião dos Ministros do Exterior seja preparatória de uma conferência dos chefes de Estados das mesmas potências e mais os representantes da Polónia e Tchecoslováquia.

Surpresa em Londres, restrições em Bonn, vitória de Krushchov, explodiram as agências telegráficas. E' que as conversações Krushchov-Macmillan, Selwin Lloyd-Gromiko chegaram a um acôrdo que pôs por terra toda a propaganda tendenciosa, típica dos adeptos da guerra fria, os prognósticos de completo fracasso da visita de Macmillan a Moscou.

Releiam-se as manchetes distribuídas à grande imprensa brasileira pelas agências telegráficas americanas, sobretudo a United Press International. E' a "torcida" sistemática pelo malogro das conversações, segundo os interesses dos proseguidores da guerra fria, dos mantenedores da tensão internacional. As previsões da UPI são as mais negras, logo depois da chegada do Premier inglês à URSS. Enquanto a própria France Press noticiava que milhares de pessoas saudavam Macmillan à sua chegada, a UPI lamentando cinicamente, pela que vimos depois na imprensa européia referia-se a um suposto ambiente de frieza e quase hostilidade. E neste espírito informou, durante dez dias, a visita dos estadistas britânicos.

Porque a iniciativa do Primeiro-Ministro inglês indo à URSS contrariou profundamente aquelas forças mais reacionárias e os grupos imperialistas mais agressivos. Como representante de um país europeu, Macmillan sente mais de perto a gravidade dos perigos decorrentes do rearmamentismo da Alemanha Ocidental e da política intransigente do Departamento de Estado. Mesmo Dulles entendo, é ainda a linha dullesiana de posições de força, que orienta Washington. Ante o beco-sem-saída a que havia conduzido essa política desastrosa, os governantes ingleses tinham que demonstrar a consciência "bom senso" britânico. E a iniciativa de Macmillan indo a Moscou foi uma prova de bom senso.

O chefe do governo de Londres teve oportunidade de tratar direta e francamente com os governantes soviéticos os problemas mais sérios da atualidade, entre os quais avulta o problema alemão e, neste momento, o de Berlim. Macmillan falou diretamente ao povo soviético em Moscou. Krushchov, por acaso, enquanto Macmillan estava em Moscou, chegou. Dirigiu-se nos passadissimos pela televisão exibindo a convicção de que o entendimento é possível entre as grandes potências e, portanto, a paz mundial pode ser mantida e consolidada.

É claro que tais perspectivas não agradam de forma alguma aos partidários da guerra fria. Não há de mais guerra dos Estados Unidos aborrevam os pequenos soviéticos em ações internacionais, com intuições evidentemente provocativas. Visando agitar a URSS.

Muito menos agradará a Dulles & Companhia a concordância travada em Moscou entre Krushchov e Macmillan. Por que, do qualquer modo, vem aliviar a situação internacional e abrir perspectivas, ainda que longínquas, de solução harmoniosa dos problemas internacionais pendentes.

A attitude de Moscou Vêlo corresponde a um profundo anseio de paz dos povos e confirma a tese de que, por mais graves que sejam, as questões internacionais podem ser resolvidas por meios pacíficos, desde que haja boa vontade de parte a parte.



COMEÇOU ASSIM - Em 1948 as potências ocidentais decretaram a reforma monetária para a Alemanha Ocidental, inclusive Berlim Ocidental. Foi um dos primeiros fatores do aguçamento da divisão que se aprofundou com o rearmamentismo

PEDAÇO A PEDAÇO



DESENHO DE BIDSTRUP

JÂNIO: UM PROGRAMA ENTREGUISTA DE GOVÊRNO

NADA FEITO

Apesar de toda a desenfreada e mágica com que pretende se apresentar ao povo como um "salvador" da pátria, o sr. Jânio Quadros não consegue ocultar suas posições nitidamente entreguistas em relação a problemas básicos com que hoje se defronta a nação. São tão arraigadas as convicções antinacionalistas do ex-governador de S. Paulo que nem mesmo as conveniências de uma campanha sucessória levam a que se alterem os seus pontos-de-vista no tocante a essas questões essenciais. O homem é mesmo um entreguista convicto.

Es algumas confissões feitas pelo sr. Jânio Quadros durante o encontro

DECISÃO INFELIZ

O Superior Tribunal Eleitoral confirmou decisão do TRE do Rio Grande do Sul que importa em cassação do mandato do deputado eleito à Assembléia rio-grandense, sr. Pedro Alvarez. Isto porque se alega que o candidato sr. Percy Abreu de Lima, inscrito na mesma legenda, ao se processar a eleição, não estava regularmente registrado. Assim, consideram-se nulos os votos obtidos pelo sr. Percy Abreu de Lima. E consequentemente, com o desfale de votos da legenda a que se alistou o sr. Percy Abreu de Lima, o sr. Pedro Alvarez ficaria sem a votação necessária para se eleger.

Essa decisão contrária a jurisprudência firmada pela justiça eleitoral em São Paulo, que em caso idêntico resolveu que a cédula contiver legenda e nome de candidato não registrado ou inelegível, apurar-se-á o voto somente para o partido cuja legenda constar da cédula.

Em nosso regime político a indicação do partido na cédula não é mera formalidade, mas é da essência do voto. O eleitor vota antes de tudo na legenda que prefere. Tanto assim que é permitido votar o eleitor apenas na legenda partidária, enquanto não é possível dar voto apenas ao candidato, pois se a cédula contiver somente o nome deste presumir-se-á também inscrito o nome do partido a que pertence. Há mesmo quem defenda tese no sentido de reformar nosso sistema eleitoral instituindo-lhe somente o voto de legenda nas eleições legislativas.

A decisão do Superior Tribunal Eleitoral, apoiando o que resolveu a justiça eleitoral rio-grandense, parece-nos injusta e contrária ao sentido orientador de nossa legislação eleitoral.

Há ainda no caso um aspecto muito antipático para a decisão. O sr. Pedro Alvarez, indiretamente prejudicado pela decisão, sofre pressão da Companhia local de eletricidade, subsidiária do truste americano Bond and Share, porque o sr. Alvarez é um dos mais ativos batalhadores pela encampação da empresa.

que manteve com alguns jornalistas, no dia 24 de janeiro último, no Salão Vermelho do Copacabana Palace:

1) "Sou um homem da livre empresa". Deste modo respondia a uma pergunta sobre a Petrobrás e o monopólio estatal do petróleo. Quer dizer: o sr. Jânio Quadros está de acordo com os monopólios imperialistas, segundo os quais o Estado, num país como o nosso, não deve intervir no domínio econômico a fim de deixar o campo inteiramente livre à sua ação colonizadora. Em termos de petróleo, isto significa: entrega pura e simples do nosso ouro negro à Standard Oil. E, logo em seguida, insistindo na velha tática dos trustes que consiste em criar o pessimismo quanto às possibilidades da Petrobrás, declarou o sr. Jânio: "Tudo o mundo me diz que a Petrobrás vai bem e me regozijo com isso. O problema do petróleo, entretanto, não pode ficar para o ano 3.000". Por que esta descrente referência ao ano 3.000 quando o trabalho realizado pela Petrobrás — apesar dos pontos passíveis de crítica — supera os objetivos visados e constitui um motivo de legítimo orgulho para os brasileiros?

2) "Apóio o ministro Lucas Lopes". Ninguém ignora que o sr. Lucas Lopes e os seus afilhados Roberto Campos e Garrido Torres são os mento-

- «Sou um homem da livre empresa»
- «Apóio o ministro Lucas Lopes»
- «A favor da reforma cambial»

res da atual política econômica financeira do país, que visa precisamente aumentar a dependência do Brasil em face dos monopólios norte-americanos e é a responsável direta pelo espetacular aumento da carestia da vida. Enquanto os setores nacionalistas e a opinião pública exigem do sr. Kubitschek o afastamento do govêrno dessa

trindade maldita, o sr. Jânio Quadros manifesta de público o seu apoio à orientação antinacional do ministro da Fazenda e seus auxiliares imediatos.

3) "Sou favorável à reforma cambial". Esta é, como todos sabem, uma velha exigência dos trustes ianques, através do Fundo Monetário Internacional, que vem sendo atendida, por etapas, pelo grupo entreguista do govêrno. O principal objetivo da reforma cambial é a paralisação do processo de desenvolvimento econômico do país e, assim, o aumento de nossa subordinação aos plutocratas dos Estados Unidos. Além de Lucas Lopes e Jânio Quadros, defendem a reforma cambial entreguistas notórios como Eugênio Gudim, Carlos Lacerda, Júlio Mesquita Filho, etc.

Como se vê, os três pontos fixados acima da entrevista do sr. Jânio Quadros, constituem uma verdadeira plataforma entreguista de govêrno. E é este homem que tem o cinismo de pedir filiação à Frente Parlamentar Nacionalista e se apresentar ao povo brasileiro

como um "salvador" da pátria.

Na verdade, o que este demagogo pretende salvar são os privilégios dos monopólios imperialistas em nosso país, contra os quais se levantam os patriotas brasileiros com um vigor cada dia maior.



Governador Brizola

BRIZZOLA:

- JÂNIO É O CLUBE DA LANTERNA

Na recente entrevista que concedeu aos jornalistas cariocas o governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, explicou os motivos que o levam a considerar incompatível com o PTB a candidatura do sr. Jânio Quadros:

1) Jânio não é um homem integrado no PTB. Além de manter uma atitude depreciativa em relação aos partidos em geral, já foi lançado candidato pelas forças mais reacionárias e antinacionalistas;

2) Tendo aceito o apoio do sr. Carlos Lacerda, Jânio é o candidato do Clube da Lanterna. É impossível a um trabalhista fazer causa comum com o Incurisismo, com o Clube da Lanterna;

3) A candidatura Jânio representa o antinacionalismo. Por suas posições entreguistas, Jânio não pode ter o apoio dos patriotas.

O governador gaúcho manifestou a opinião pessoal de que os candidatos aceitáveis pelo PTB são Jango ou Lott, ou ambos reunidos na mesma chapa. Declarou-se sem restrições espcial ao nome do Embaixador Oswaldo Aranha ou de um candidato que venha a surgir do Nordeste.

OS QUE APOÍAM JÂNIO

Em sua aventura eleitoral o sr. Jânio Quadros conta, ali agora, com o apoio da fina flor da reação e do entreguismo:

- Carlos Lacerda
- João Neves da Fontoura («O Globo»)
- Júlio Mesquita Filho («O Estado de São Paulo»)
- Herbert Levy, (Banco da América e Sanbra).
- Sebastião Pais de Almeida (Pittsburgh Glass).
- Eugênio Gudim.
- Rui Gomes de Almeida.
- Raul Fernandes.
- Emilio Carlos («furco gatuno», segundo o «Estado de São Paulo»).



Jânio Quadros

CARVALHO PINTO

REVELA:

Jânio deixou enorme deficit em São Paulo

— «Ao contrário do que se afirma, a situação do Estado de São Paulo, não é boa, pois o sr. Jânio Quadros deixou um deficit de 4 bilhões e 300 milhões de cruzeiros no orçamento de 1958». Esta revelação, reproduzida textualmente, foi feita pelo governador Carvalho Pinto, que substitui o sr. Jânio Quadros na administração de São Paulo, em entrevista coletiva concedida há poucos dias na capital paulista.

A declaração do novo governador de São Paulo — autorizada ainda mais por ter sido S. Ex. secretário da Fazenda do sr. Jânio Quadros durante todo o período de seu mandato — desmascara, inapelavelmente, a farsa do demagogo que pretende chegar ao Catete sob a bandeira esfarrapada da probidade administrativa e da eficiência na gestão dos negócios públicos.

Que diz a isto o demagogo Jânio?

An acervo de fracassos da polícia vem de se juntar mais um exemplo: a não descoberta dos assassinos de Rudolf Karousos. Há porém nesse caso um aspecto novo. A polícia, em sua longa história de malogros, sempre deixou de desvendar crimes por evidente incompetência técnica, apesar do emprego dos métodos interrogatórios. Agora, porém, o próprio chefe de polícia, general Kruei, determina, dentro de curta prazo, que fique provada a inocência de alguns policiais suspeitados como assassinos de Karousos.

Uma Instrução do ano de 1215, baixada na França e que serviu de base a posteriores regulamentos de Inquisição, determinava que os Inquisidores dessem prazo aos que se sentissem culpados de heresia ou que sem- blessem que outros também se achavam culpados. Se dentro do prazo, que era o tempo de perdão, as confissões e delações não surgissem, os suspeitos poderiam sofrer, conforme a gravidade do caso, penas de morte, cárcere perpétuo, confisco de bens ou desterro.

Em 1959, o general Kruei concede prazo não para localizar hereses, e sim para demonstrar a inocência de pistoleiro de sua repartição, tornados suspeitos. A diligência em torno da não descoberta da assassino ou assassinos de Karousos, no entanto, complica-se. Uma senhora de nome Lourdes procura os jornais e afirma que seu filho Raimundo Menezes Lima, implicado na história, está desaparecido. Acha D. Lourdes que seu filho foi raptado porque falou demais. Produziram, assim, os planos do general Kruei, pois também nesse episódio o segredo é a alma do negócio.

O departamento que o general Kruei dirige é poderoso. Dispõe de gente adestrada em várias artes. Conta com o concurso não desprezível da verba secreta. Falta, porém, ao general Kruei e a seus auxiliares, riqueza de imaginação, coisa que não se obtém nas dotações orçamentárias. Não é que a polícia não tenha imaginação. Mas a imaginação policial conserva uma longa tradição de indigência. Nos idos de 1935, a polícia pretendia ofertar, numa bandeja, ao Tribunal de Segurança Nacional, provas irrefutáveis de que Barão de Itararé não passava, apesar do disfarce de suas barbás simpatias, do terrível elemento subversivo, capaz de assaltar quartéis e unhas. Mas o Inquérito do delegado Belens Porto só conseguiu demonstrar que Anorely havia sido preso porque estava tomando um cafézinho, nos bons tempos do café sentado.

Agora o general Kruei ordena que sejam feitos hipóteses interrogatórios para que se prove a não culpabilidade do escopeiteiro de sua polícia. A diligência em torno do crime de Karousos foi passada para segundo plano. Será mais uma prova a demonstrar a utilidade da polícia, como aparelho que se destina a garantir a segurança dos cidadãos e a ordem pública. Distingue-se porém, esse caso, dos outros fracassos. Constitui uma novidade. É uma investigação ao contrário. Não se destina a localizar criminosos, mas a demonstrar a inocência de suspeitos.

Se toda terminou bem, com o crime em mistério e os criminosos onerosos, o general Kruei deve ser profundamente amador.

E ao vencedor, as batatas

Pela Volta Do PCB à Legalidade

RECIFE — (Do correspondente) — Novas manifestações tiveram lugar na Câmara Municipal do Recife em apoio à moção do vereador Clóvis Correia, dirigida ao Parlamento e ao Presidente da República, pela volta do Partido Comunista do Brasil à legalidade.

Em nome da Partida Socialista Brasileira o vereador Antônio Baltar solidarizou-se com a moção, afirmando que a rescisão do registro do Partido Comunista do Brasil foi erro político dos mais consideráveis do govêrno Dutras.

Manifestaram-se também favoravelmente à proposição os vereadores Aristófanes do Andrade e Sérgio de Godoy.

O sr. Clóvis Correia, autor do requerimento, pronunciou um longo discurso, asseverando que a volta do P. C. B. à legalidade é uma condição indispensável para o estabelecimento da verdadeira legalidade democrática em nosso país.

Manifestaram-se também favoravelmente à proposição os vereadores Aristófanes do Andrade e Sérgio de Godoy.

O sr. Clóvis Correia, autor do requerimento, pronunciou um longo discurso, asseverando que a volta do P. C. B. à legalidade é uma condição indispensável para o estabelecimento da verdadeira legalidade democrática em nosso país.

O sr. Clóvis Correia, autor do requerimento, pronunciou um longo discurso, asseverando que a volta do P. C. B. à legalidade é uma condição indispensável para o estabelecimento da verdadeira legalidade democrática em nosso país.

O sr. Clóvis Correia, autor do requerimento, pronunciou um longo discurso, asseverando que a volta do P. C. B. à legalidade é uma condição indispensável para o estabelecimento da verdadeira legalidade democrática em nosso país.

GOVERNADOR LINDENBERG DIRIGE-SE A PRESTES

PO governador do Espírito Santo, Carlos Lindenberg, eleito no pleito de 3 de outubro, enviou ao ex-senador Luis Carlos Prestes o seguinte telegrama:

Os trustes estão "marcados na paleta"

Fiame Brizzola na encampação da Bond and Share

PORTO ALEGRE — (Do correspondente) — Empreendedores todos os esforços para tornar efetiva a encampação da Companhia Energia Elétrica do Rio Grande, declararam taxativamente o deputado Wilson Vargas ao se expor ao cargo de secretário da Visão do govêrno Brizola.

A declaração do sr. Wilson Vargas alcançou enorme repercussão no Estado. Como se sabe, a luta pela encampação dessa empresa imperialista do grupo Bond and Share, vem se desenvolvendo desde há muito tempo, com ampla apoio em todas as classes sociais.

Vitoriosos, a luta no Estado, em todas as instâncias, resta agora apenas a sanção do govêrno federal. Sob pressão dos imperialistas norte-americanos, entretan-

to, as autoridades federais lançam mão de todos os pretextos para protelar indefinidamente a decisão do caso.

As declarações do secretário da Visão despertaram uma reação insólita dos trustes estrangeiros estabelecidos no Estado. As empresas fornecedoras de gasolina nos serviços públicos decidiram cortar o suprimento de combustível. O pretexto utilizado foi a falta de pagamento referente ao consumo dos últimos meses quando ainda estava no poder o sr. Meneghetti. Mas se o pretexto foi este, o objetivo era bem outro: pressionar o govêrno, ameaçá-lo, com represálias.

Mas o tiro saiu pela culatra. O governador Leonel Brizola não teve dúvidas: foi à Rádio Farroupilha e denunciou enérgicamente ao

povo gaúcho a revoltante manobra da Standard Oil e seus agentes. Desmascarou o golpe premeditado das companhias estrangeiras, esclarecendo que o débito do Estado não alcança 6% do valor das compras feitas habitualmente pelo Estado a essas empresas. «Enquanto o govêrno estava nas mãos da Frente Democrática — disse o sr. Brizola — as companhias estrangeiras não tomaram nenhuma medida. Mal iniciou o govêrno, voltamos contra nós. E concluiu vigorosamente: «Não permitiremos que o Rio Grande seja colônia de ninguém. Para nós estas empresas estão amarradas na paleta (expressão gaúcha que significa estar perdido)».

Tudo o povo gaúcho apóia com firmeza a posição tomada pelo govêrno Brizola.

GOLPE NA POLÍTICA NACIONALISTA DE ELETRICIDADE

FURNAS:

30 bilhões de cruzeiros do Fundo Federal de Eletricidade colocados a serviço da Light e da Bond and Share — Sabotagem dos projetos do Salto, Caraguatutuba e Urubupungá — Desvio da justa política da CEMIG — Mudemos o rumo de Furnas — (Reportagem de Marco Antônio Coelho — Última da série)

Pela forma que está sendo realizada e como pretendem fazê-la funcionar, a central elétrica de Furnas significará um golpe sério na política nacionalista de energia elétrica, iniciada com o projeto da "Eletrobrás", do Plano Nacional de Eletricização e diversos empreendimentos estaduais, como as "Centrais Elétricas de Minas Gerais" (CEMIG). Significa Furnas a colocação das finanças verbas do Fundo Federal de Eletricização a serviço da Light e da Bond and Share. É a obra do Rio Grande foi levantada com o sentido de se impedir a realização de grandes obras estatais hidroelétricas no Estado do Rio, São Paulo e Minas, as quais iriam possibilitar a redução do poderio das empresas estrangeiras de eletricidade no mercado nacional.

nifestações dos homens conhecidos por suas ligações com as empresas estrangeiras comprovam isto, conforme declarações de Roberto de Oliveira Campos, O TAVIO BULLIÖES, etc. (1).

Mas, na previsão do fortalecimento crescente do movimento nacionalista, decidiram as empresas estrangeiras realizar uma obra de vulto, capaz de resolver por muitos anos o seu problema de escassez de energia e que, ao mesmo tempo, consumisse todos os recursos destinados à "Eletrobrás", tornando praticamente impossível a execução do Plano Nacional de Eletricização. Por exemplo, entre as obras previstas estava a central hidroelétrica do Salto, exigida desde 1933 pelo Ministério da Guerra e pela Central do Brasil. O desvio das verbas destinadas à "Eletrobrás" tornou-a inócua, se for organizada nos moldes em que se pensava em 1953.

FURNAS — LIQUIDACÃO DA "ELETROBRÁS"

Durante o governo Vargas, quando a pressão das forças nacionalistas tornou-se mais vigorosa, foram enviados para o Congresso Nacional diversos projetos de lei que, se aprovados, constituiriam um grande passo para a limitação da Light e da Bond and Share. Os três mais importantes deles eram: o projeto das "Centrais Elétricas Brasileiras S.A." ("Eletrobrás"); o Plano Nacional de Eletricização; e a constituição do Fundo Federal de Eletricização, previsto na Constituição.

Será o caso repetir que as empresas estrangeiras de eletricidade que atuam no Brasil não poderiam concordar com os dois primeiros, pois se fossem aprovados teriam uma "Eletrobrás" no setor da energia elétrica. Esta oposição fatal à "Eletrobrás" é que explica o fato de até hoje estar o seu projeto engavetado na Câmara dos Deputados. As ma-

ABSORVIDO O FUNDO FEDERAL EM DETRIMENTO DE TODA A ECONOMIA NACIONAL

Enquanto a Light e a Bond and Share tudo fizeram para impedir a aprovação da "Eletrobrás", deixaram passar o Fundo Federal de Eletricização, pois viram que poderiam utilizá-lo para a realização de seus objetivos. E esses recursos não são uma bagatela. As previsões oficiais de 1956, estimavam que no decênio 1957-66 chegariam eles a 29 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. Pois bem, com o projeto de Furnas, concebido para auxiliar a Light e a Bond and Share, apossam-se elas de grande parte do que vai ser arrecadado por conta do Fundo. E note-se que Furnas vai custar cerca de 32 bilhões de cruzeiros (2), o que significa que não somente as parcelas pertencentes à União, mas

igualmente parte das que cabem ao Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, serão canalizadas para o sorvedouro do Rio Grande. Furnas vai assim engolindo dinheiro que estava destinado à construção de dezenas de usinas elétricas, em diversos pontos do Brasil.

O DESVIO DA JUSTA POLÍTICA DE ELETRIFICAÇÃO DE SÃO PAULO

Até uns dois anos passados, todos os técnicos de São Paulo que estudavam o problema do aumento de energia elétrica para o grande parque industrial bandeirante, apoiados em estudos que vêm sendo examinados há muito tempo, defendiam a necessidade da construção das grandes centrais elétricas de Caraguatutuba (no Paraná) e Urubupungá (Paraná). A primeira, localizada pertíssimo da capital do grande Estado, desde 1927 é vista como uma solução ideal. Mas, como a sua concessão pertencia ao Estado de São Paulo, a Light sempre crioune embargos, conseguindo agora, com o governo J. K., a cassação da mesma. Desprezando Caraguatutuba, o governo federal dá preferência a Furnas, distante 310 quilômetros da capital paulista. Evidentemente, não se poderia sequer comparar os preços dos kWh gerados em Furnas e em Caraguatutuba.

Por outro lado, Lucas Lopes sabotou abertamente Urubupungá, que tudo indica, ser o grande projeto de central hidroelétrica do Brasil, pois, de acordo com os técnicos italianos que aqui estiveram, é o empreendimento mais econômico (3). Um simples confronto, entre Furnas e Urubupungá é elucidativo.

Potência
Urubupungá 4 milhões de H.P.
Furnas 1,5 milhões de H.P.

Custo
Urubupungá 29 bilhões de Cr\$
Furnas 32 bilhões de Cr\$

Mas, não fica nisso o prejuízo que Furnas acarretará para São Paulo. Outro aspecto importante, são os recursos desviados, para a central do sudeste mineiro, do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, os quais deveriam ser utilizados na ampliação dos sistemas do Vale do Rio Paranaíba e do Pantanoparnaíba.

A CEMIG A SERVIÇO DOS TRUSTES

Outra consequência da realização de Furnas é a colocação da empresa estatal mineira em função dos trusts de eletricidade. A CEMIG está invertendo em Furnas grande parte de suas reservas, sendo que, até o princípio de 1958, já tinha ali colocado quase 500 milhões de cruzeiros. Isto significa o atraso em várias obras, especialmente linhas de transmissão e estações abaixadoras para diversas cidades, que exigem energia da "holding" mineira. E se se

concretizar o plano da rede de transmissão de Furnas a Belo Horizonte, todo o sistema da CEMIG poderá eventualmente ser posto em função da Light e da Bond and Share. É compreensível que, no futuro, teremos seguramente de marchar para a ligação de todos os sistemas elétricos da região Central-Sul (Light, Bond and Share, D. A. E. E. de São Paulo, CEMIG e empresas independentes). Mas, a realização disto, agora quando as empresas estatais são muitas vezes mais traçadas e quando dentro delas existem agentes das empresas estrangeiras, será a repetição da velha história da aliança do pó de ferro com o pote de barro... Poderíamos apontar outros inconvenientes de Furnas. Por exemplo, como veio dificultar a criação da indústria pesada nacional de material elétrico, os técnicos que trouxeram a realização do plano nacional de carvão, etc.

O B. N. D. E. VAI EMPRESTAR DINHEIRO PARA A LIGHT INVERTER EM FURNAS

Uma questão importante que merece ser ainda examinada. Trata-se do pedido de empréstimo que a Light fez ao BNDE, no valor de um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros, com a finalidade de cobrir o montante do capital de Furnas subscrito pelo apólvio canadense. Chegamos, assim, ao ponto extremo: não obstante estar Furnas sendo construída principalmente por exigência da Light, esta

não quer gastar ali nenhum vintém, apesar de sua participação ser inferior ao que solicita do Banco.

Segundo fontes bem informadas, as altas autoridades do Banco querem conceder o financiamento e apenas buscam uma ocasião mais favorável para anunciar a decisão. A denúncia da conduta de Roberto Campos no caso do petróleo da Bolívia tem acarretado o adiamento da concessão do empréstimo, o que mostra as consequências benéficas para a economia brasileira de todos esses movimentos de protestos contra os atos entreguistas dos órgãos governamentais.

A OPOSIÇÃO A FURNAS

Pouca a pouco, todos os setores interessados no problema, os líderes do movimento nacionalista, técnicos e estudiosos manifestam a sua discordância com Furnas. Em Minas Gerais, especialmente, onde o problema é mais sentido, é quase unânime esta opinião. E são homens de vários partidos e tendências que se pronunciam a respeito. Desde o falecido deputado Odilon Braga, até o atual deputado federal do P. S. D. Manoel de Almeida, o combate é inextinguível. Na Assembleia mineira, o deputado Manoel Távora fez diversos discursos apresentando o significado real de Furnas. Os líderes estudantis, a Associação Comercial e estudiosos do porte de Osório da Rocha Diniz e Renato Falci, têm

reiterado o seu pensamento contrário. Ainda recentemente, a Federação das Associações Rurais, na base de um estudo cuidadoso realizado em loco, sobre a situação das populações atingidas, pelo economista Domélio de Figueiredo Murta, enviou uma proposta ao governo exigindo a solução de diversas questões ligadas às consequências sócio-econômicas de Furnas.

NESTA ALTURA, O QUE É MAIS JUSTO?

Embora certas condições locais favoreçam realmente a construção em Furnas de uma central elétrica, pela forma como foi o empreendimento concebido (unicamente para servir à Light e à Bond and Share), o justo seria impedir-se a consecução do projeto. Mas, nesta altura Furnas é praticamente um fato consumado. Assim sendo, se não se consegue mais sustenta-la, muita coisa se pode, e se deve fazer, para dar um sentido novo à grande obra. Desde a modificação radical dos Estatutos de Furnas, de forma a impedir o seu controle pelos trusts, até as medidas indispensáveis de proteção à população atingida, têm de ser exigidas do governo. O básico é a compreensão dos nacionalistas a respeito do significado imenso da usina sobre toda a economia brasileira.

CITAÇÕES:

- (1) — «Semana de Estudos sobre o problema de Energia Elétrica», Instituto de Engenharia de São Paulo, 1956.
- (2) — Declarações Blas Fortes, «Diário da Tarde», de 21-1-58, Belo Horizonte.
- (3) — «Digesto Econômico» n. 134, pag. 79.

Revisão Dos Dispositivos Sobre o Capital Estrangeiro

Nos dias 21 e 22 de fevereiro, realizou-se em São Paulo a 1.ª Convenção Estadual dos Operários Têxteis paulistas, em preparação do I Congresso Nacional da corporação. Do total de 221 delegados eleitos nas convenções dos sindicatos compareceram 192, representando trabalhadores têxteis de 24 cidades. Faltaram apenas as delegações de São Carlos, Bragança Paulista, Campinas e Piracicaba. Além das delegações, estiveram presentes observadores — da cidade de Jundiá, 3, de Atibaia, 4 e dezenas da cidade de São Paulo.

PERSONALIDADES PRESENTES

Entre as personalidades que prestigiaram com a sua presença a instalação e encerramento da Convenção notavam-se o vice-governador Parfírio da Paz, o representante da Delegação Regional do Trabalho, os srs. Rafael Martineli e Geraldo da Costa Matos, respectivamente presidente e secretário da Federação Nacional dos Ferroviários, Sival Bamberira, presidente da Federação dos Têxteis de Minas, Hércules Corrêa dos Reis, secretário do Sindicato dos Têxteis do Rio de Janeiro, e ainda repre-

sentantes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, do Pacto de Unidade Inter-sindical e da Federação dos Trabalhadores na Construção Civil.

RESOLUÇÕES

A Convenção aprovou 13 teses e 18 propostas e mocões, entre as quais destacamos as seguintes:

- 1 — Mocão de protesto a ser encaminhada ao presidente da República, pela massacre de operários realizado pela polícia em Brasília, solicitando a punição dos responsáveis e a indenização das famílias das vítimas; 2 — Solicitar à Comissão Organizadora do I Congresso Nacional dos Operários Têxteis que convide a participar do mesmo a Federação Sindical Mundial e a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres; 3 — Mocão ao Presidente da República, em favor da Petrobrás e pela denúncia do Acordo de Roboré; 4 — Apoio ao Congresso Estadual dos Trabalhadores a ser realizado em data ainda não marcada; 5 — Recomendação para que os Sindicatos se unam aos estudantes, pequenos e médios comerciantes, industriais e produtores e lódas as entidades para lutarem contra a carência da vida, e que lutem para ter na COAP e COMAPS repre-

Reunidos em Convenção, os trabalhadores têxteis paulistas aprovaram resoluções em defesa da corporação e da indústria nacional

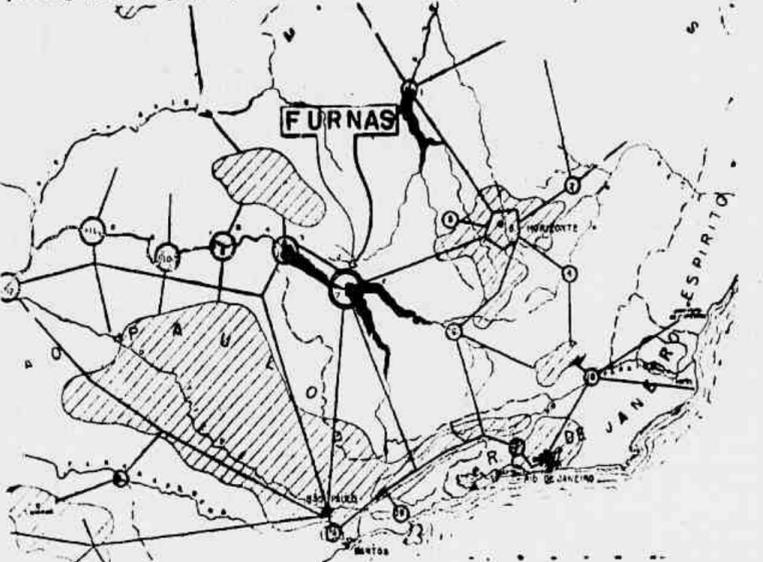
sentantes seus. E, finalmente, a seguinte mocão com referência à luta do povo cubano: «Os trabalhadores têxteis do Estado de São Paulo, reunidos em Convenção para discutir alguns dos seus problemas, resolvem, Envia-mos sua solidariedade ao bravo povo cubano, pela luta vitoriosa que vem travando pela completa emancipação política e econômica do seu país, restabelecendo as liberdades populares, expulsando os agentes dos trusts e monopólios internacionais e seus agentes, que tanta infelicidade causaram ao povo irmão».

DEFESA DA INDÚSTRIA NACIONAL

Entre as teses aprovadas figura uma sobre a defesa da indústria nacional, que apresenta como conclusão uma série de propostas das quais destacamos: 1 — Revisão, pelo Parlamento Nacional, de todos os dispositivos referentes ao capital estrangeiro, quanto ao regime que preside a sua aplicação no país e a remessa dos seus rendimentos; 2 — Abolição das concessões de natureza cambial decorrentes da Instrução 113 da

SUMOC; 3 — Tornar as atividades essenciais à economia e a segurança nacional mais independentes em relação aos fornecimentos do exterior; 4 — Promover a produção de artigos de que não haja similar nacional, desde que, comprovadamente, sejam substitutivos de importações essenciais; 5 — Adoção de dispositivos capazes de impedir as várias formas de fraude, e que se destinem ao controle do valor dos equipamentos importados, a fim de ser evitada a sua super-valorização e, portanto, as importações fantasmas; 6 — Realmente de relações diplomáticas e comerciais com todos os países, particularmente a China e União Soviética; 7 — Incentivo e criação de uma cooperativa de financiamento e compra do algodão, com representantes dos produtores, consumidores e do governo; 8 — Incentivo e criação de uma indústria produtora de máquinas têxteis, com a participação do governo e dos industriais, sob o regime de economia mista, etc.

No final da Convenção foram eleitos quarenta delegados ao Congresso.



O mapa acima, documento oficial, explica as razões do interesse vital da Light e Bond and Share pela construção da usina de Furnas. Nos planos do imperialismo a central elétrica do Rio Grande será o ponto de controle, comando e distribuição de energia elétrica desde Três Marias, no São Francisco, até o Paraná. Esta é uma das razões por que se levanta a barragem de Furnas, com dinheiro do povo brasileiro, mas para multiplicar os lucros das companhias estrangeiras de eletricidade.

Americanos Propõem a Divisão Da Bolívia!

São de grande significação os acontecimentos de 2 do corrente na capital da Bolívia, La Paz. Uma multidão indignada investiu contra o Embaixador americano, depredando-a e incendiando nas ruas exemplares da revista norte-americana «Time».

A explosão da ira popular verificou-se em consequência da publicação por «Time» de declarações de um diplomata norte-americano na capital boliviana no sentido de que a Bolívia, uma vez que não progredia com a «ajuda» dos Estados Unidos, devia ser dividida entre os países vizinhos.

Se a declaração do diplomata americano é cínica, igualmente cínica é a iniciativa da revista divulgando suas palavras e, assim, concordando com a

opinião do irresponsável diplomata.

Somente um povo de eunucos não se pronunciaria indignado contra semelhante insulto. Os habitantes de La Paz demonstraram patriotismo, repelindo a monstruosa sugestão do agente dos imperialistas yanques. Cartazes carregados pelos manifestantes expressavam seu protesto: «A insolência americana pretende destruir a Nação boliviana — Defenderemos nossa soberania e liberdade!» — «Nenhum boliviano deve tolerar este ultraje» — diziam alguns dos cartazes.

A situação chegou a tal gravidade que o próprio presidente da República teve que dirigir-se aos manifestantes.

Depois de acontecimentos como este, os gover-

nantes yanques não sabem porque Nixon é apredado e cuspidado.

Vale notar que a revista «Time», divulgadora da infame sugestão do diplomata americano, é uma publicação semi-oficial e ao mesmo tempo estreitamente ligada aos grandes negócios de Wall Street, aos monopólios internacionais. São estes que têm interesse na divisão de um país latino-americano, que hoje pode ser a Bolívia e amanhã a própria Brasil.

A revista «Time» pertence a um grupo ao qual está ligada a sra. Clara Booth Luce, que acaba de ser nomeada a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil.

Até onde o petróleo da Bolívia terá influenciado a sugestão do diplomata americano e a sanção que lhe deu a revista «Time»?

GREVE CRÍTICA DOS METALÚRGICOS ÀS VACILAÇÕES DE J. K.

PARA FORÇAR O GOVERNO A CUMPRIR O QUE PROMETEU

NÃO CONCORDAM OS MARÍTIMOS COM AS PROTELAÇÕES QUANTO AO AONO — 57% DE AUMENTO QUEREM OS ESTIVADORES — SALÁRIO MÍNIMO DOS FERROVIÁRIOS DA LEOPOLDINA

Os trabalhadores marítimos estão dispostos a não permitir que o governo continue negociando no atendimento dos seus direitos já conquistados. Uma demonstração disso foi dada pela recente greve dos servidores da Companhia Nacional de Navegação Costeira em virtude do salário do mês de janeiro não lhes ter sido pago dentro do prazo legal. Neste início de mês há motivos mais do que suficientes para levar a greve toda a coletividade marítima, caso não haja modificação na atitude das autoridades.

Não só persiste o problema da não existência, no orçamento federal, da verba para atender as despesas com o pessoal das autoridades marítimas, como também o abono de 30% a partir de janeiro ainda não foi pago. Neste caso há ainda a particularidade de que, por força de acordo concluído em 1957, entre as entidades sindicais marítimas e os armadores, deve o abono ser estendido às empresas particulares de navegação.

No referido acordo figura uma cláusula, homologada pelo governo, segundo a qual os aumentos dos empregados dessas empresas serão concretizados mediante subvenções governamentais. Como o governo, neste caso,

não providenciou a cobertura financeira, as empresas negam-se a pagar.

Por outro lado, os operários navais dispõem-se a ir a greve, não só pelo abono, mas também pela revogação do parecer André Valente, da Comissão do Enquadramento Sindical, que pretende afastá-los do grupo sindical dos marítimos. Contra essa medida, por eles considerada ato de caráter político, que tem por objetivo enfraquecer a coletividade de trabalhadores marítimos, os operários navais vêm lutando há muito tempo. Manifestações de protesto em concentrações diante do Ministério do Trabalho já foram realizadas. Agora os trabalhadores acham que é o momento de empenhar-se mais a fundo pela revogação da medida atentatória à sua unidade.

A isto tudo acrescenta-se que os trabalhadores do mar ainda não viram atendidas numerosas reivindicações constantes dos 54 itens aprovados pela Comissão Intermunicipal, designada em 1957 para estudar uma série de melhorias por eles pleiteadas.

E' intenção dos dirigentes sindicais marítimos incluir todos esses pontos nas reivindicações a serem apresentadas ao governo, neste caso,

NÃO TÊM SIDO ACOLHIDAS AS SUGESTÕES DOS TRABALHADORES

Decisões da Comissão Organizadora do II Congresso Nacional dos Metalúrgicos — Documento ao presidente da República

A Comissão Organizadora do II Congresso Nacional dos Metalúrgicos, realizado no dia 28 de fevereiro, no Distrito Federal, mais uma reunião preparatória daquele encontro, marcada para abril. Participaram dirigentes sindicais metalúrgicos do Distrito Federal e dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Entre as decisões tomadas destaca-se a aprovação de importante documento sobre a defesa da indústria e da economia nacional, a ser enviado ao presidente da República.

O referido documento chama a atenção para a luta que se trava na pais entre nacionalistas e entreguistas e ressalta o papel que cabe ao movimento sindical, no reforço da frente única nacional, abrangendo trabalhadores industriais, estudantes, forças armadas, intelectualidade, parlamentares, etc. Enumera as lutas dos trabalhadores em prol do desenvolvimento independente da economia nacional, bem como as propostas de solução nesse sentido enun-

ciadas às autoridades competentes.

O GOVERNO NÃO TOMOU PROVIDÊNCIAS

Estranham os trabalhadores metalúrgicos, prossegue o documento, que suas opiniões e as sugestões do movimento sindical nem sempre tenham sido acolhidas com a devida consideração por parte do governo. Embora solicitando por diversas vezes o apoio dos trabalhadores para solucionar os problemas econômicos, sociais e políticos, S. Excia. não tem se servido devidamente desse apoio para enfrentar com decisão tais problemas. Mencionando a luta dos metalúrgicos em defesa da indústria nacional de material ferroviário, lembra que o presidente da República não tomou providência alguma contra o sr. Renato Feio, atual presidente da Rede Ferroviária, apesar das provas que o colocam como inimigo declarado e consciente dos interesses nacionais.

Críticas a outras posições dúbias do governo, diz ainda o documento:

«Mas não somente as posições vacilantes do governo se fazem em relação à Indústria de Material Ferroviário. At estão suas vacilações em relação ao congelamento dos preços, na política entreguista seguida pelo BNDE, no tratamento de relações comerciais com os países socialistas, na condução da política financeira posta em prática pelo Sr. Lucas Lopes, na estreiteza com que vem encarando a Operação Pan-Americana, na diversão sobre a política petrolífera nacional, na timidez com que encara a reforma agrária, etc.»

Em conclusão, são apresentadas ao presidente da República as seguintes propostas:

- 1) — Que medidas eficientes sejam tomadas em defesa da Indústria de Material Ferroviário, da Indústria Automotilística, das Indústrias Siderúrgicas Metalúrgicas e dos demais ramos industriais, tendo em vista os interesses da nação e de seu povo;
- 2) — Que sejam modificadas as diretrizes antinacionais do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;
- 3) — Que um critério mais dinâmico e eficiente seja levado a efeito no tratamento das Empresas Nacionais e que medidas energéticas sejam tomadas contra as empresas imperialistas que sucumbem a nação;
- 4) — Que todos os recursos financeiros da Indústria Petrolífera sejam empregados no desenvolvimento e na ampliação da Petrobrás, tendo-se em vista o monopólio estatal do petróleo;
- 5) — Que imediatamente seja assegurada a reforma agrária levando-se em conta a ampliação de nosso mercado interno, o equilíbrio econômico da nação e o reassentamento dos grandes centros populacionais;
- 6) — Que um novo rumo progressista e independente seja dada a nossa política externa visando a ampliação dos mercados, a paz entre os povos, o progresso dos países subdesenvolvidos;
- 7) — Que sejam afastados da direção da administração das Empresas Estatais e parastatais, dos órgãos econômicos e financeiros os elementos entreguistas, tais como, os senhores Renato Feio, Lucas Lopes, Roberto de Oliveira Campos e outros;



O líder sindical Benedito Cerqueira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito Federal, um dos membros da comissão organizadora do II Congresso Nacional dos Metalúrgicos a realizar-se em abril próximo.

CAUSAS E REMÉDIOS

ROBERTO MORENA

A carestia de vida agita o país. Já se elevam tão alto os protestos, que o governo é obrigado a pensar seriamente no problema. Reuniu-se o Ministério para estudar a questão. Cada um dos ministros aventou medidas e decidiu prestar a cooperação na campanha contra o alto custo de vida.

Industriais, comerciantes, banqueiros, ruralistas, também se reuniram e elaboraram memoriais estudando vários aspectos da questão e sugeriram medidas. Destacase o memorial enviado pelas chamadas classes produtoras do Estado de São Paulo, que acham que qualquer adiamento na adoção das indispensáveis providências no campo econômico, tendentes a eliminar as dificuldades que não se instauraram, pode conduzir a um dramático agravamento da situação com os correlatos reflexos na ordem social e política.

Os trabalhadores, através de seu movimento sindical, há muito tempo têm se dirigido ao governo, não só reclamando medidas como propondo planos que se podem perfeitamente executar. Infelizmente nada disso foi feito.

Ano contrário, não só durante a ultimção dos estudos dos novos níveis do salário mínimo, como depois de decretados, o custo de vida se agravou de tal forma, que quase já anulou os salários mínimos e o reajustado (em alguns casos).

Eis porque a luta contra a carestia de vida está na ordem do dia. Se não houver uma contenção no custo de vida, o seu reajustamento em níveis anteriores, o salário atual não suportará os gastos mínimos ou normais para subsistir.

A luta entra em uma nova fase. Já estamos em tempo de examinar as causas que originam a crise e suas consequências na vida do povo. O que não se pode permitir é que essa justa e honesta reclamação popular seja transformada, por alguns, em meio de exploração política e por outros em tentativa de retardar o nosso desenvolvimento necessário e inevitável.

Para debelar a crise temos que atacar as suas próprias raízes. Uma modificação profunda em nossa política exterior, acabando com o isolamento em que se encontra o país confinado em mercado restrito, quando todas as condições são favoráveis a que consigamos novos mercados e novos meios de ajuda para nosso desenvolvimento sem alienar nossa independência e carregar os esforços do povo para o estrangeiro. Para lutar contra a chamada crise temos que nos libertar das garras do imperialismo. E isto não se está fazendo. Todos sabem como saem de nosso país grandes e importantes somas que podem ser investidas em novos empreendimentos que aliviarão a nossa necessidade de capitais reprodutivos. Assistimos ao mágo das esperanças que o governo depositava na OPA. E ainda não quer compreender que deve modificar sua política exterior.

Têm insistido os trabalhadores em participar dos órgãos controladores e fiscalizadores de preços. Nada foi resolvido ainda.

Propõe-se atacar a culpa sobre os trabalhadores porque esses reclamaram o salário mínimo majorado e o reajustamento geral dos salários. Mas é fato conhecido que a mão-de-obra entra com uma mínima parcela na elaboração dos produtos e dos serviços prestados ao povo.

Enfim, para discutir o problema da carestia de vida os trabalhadores irão fazer uma grande campanha de esclarecimento do lado da luta ativa para conter ou reajustar certos preços à tabela antiga. O esclarecimento ao povo, mostrando-lhe as origens da carestia de vida, será um meio para criar-se um grande movimento unido e permanente. Os trabalhadores e seu movimento sindical poderão assim liderar e aglutinar em torno desses pontos a campanha que agora tanto preocupa o povo.

Todos querem o crescente desenvolvimento do país. Os trabalhadores estão dispostos a dar o máximo de seu esforço para que o Brasil se torne uma grande e próspera pais. Mas o que não podem permitir é que o sacrifício dessa era de desenvolvimento seja um ônus pesado e insuportável para o povo a representante benefícios e prazeres para um grupo de privilegiados.



Durante quase 80 anos a Pedreira de Jaraguá forneceu as pedras britadas para o lastreamento das linhas de Santos a Jundiá. Hoje ela se encontra em completo abandono como vemos na foto acima.

OS FEIOS NEGÓCIOS DO SR. RENATO NA RFFSA

Colaboração do leitor JOSÉ ARAÚJO

Os desmandos do senhor Renato Feio na administração da Rede Ferroviária Federal são tais que a crítica aos seus atos por parte dos trabalhadores e do povo já se tornou uma coisa corrente.

O povo critica porque tem noções de economia e sabe, por exemplo, que a aquisição de trens, cujos custos são mais altos do que os preços das plataformas e que não possuem eixos para a subida e descida de passageiros, não pode ter sido feita de caso pensado, para justificar a demissão e reconstrução de estações, logo da margem ao esbanjamento de muitos milhões, o que naturalmente deve ser do orçamento do próprio, mas não é útil a longo, que através de uma situação das mais difíceis.

O povo sabe que enquanto os sapatos suportam mais ou não há necessidade de comprar outros novos. Por isso não pode conceber que sejam gastados a milhares de dólares em maquinário de origem estrangeira adaptada para trabalhar em condições que nem sequer representam uma grande economia comparando-se para as de tranco e lenha. Tais maquinários, porém, são muito baratos, como as vides e uvas (27) ferroviária da RFFSA. Mas o senhor Renato Feio, ao invés de utilizar esse equipamento econômico, preferiu comprar maquinário de origem estrangeira, para dar preferência às locomotivas Diesel de procedência norte-americana. O fato que demonstramos aconteceu quando o tremo alemão «Krupp» pretendia instalar-se no país e fabricar, em ritmo acelerado, caminhões de diversos modelos e locomotivas diesel elétricas. A Comissão Parlamentar de Inquérito apurou, então, que a instalação do «Krupp» entre nós e a importação de materiais

ferroviários de origem norte-americana e até mesmo de modo irregular, se dava a fim de impedir a padronização do nosso sistema ferroviário e golpear fundo a indústria nacional da ramo. É por de grande utilidade que essa Comissão prosiga nas suas atividades e que consulte os órgãos do classe dos ferroviários, os quais poderão prestar valiosas informações.

E ainda há mais. O povo também percebe o significado da aquisição das desatualizadas locomotivas com rodas pneumáticas, trilhos e trilhos impestáveis que somente se prestam para críticas humorísticas. E a compra de vinte e cinco pedreiras, seu equipamento e montagem, para a finalidade de fornecerem pedra britada para o lastreamento das linhas, quando todos sabem que a pedreira existente na antiga localidade de Taquas, hoje Jaraguá, estando em franca produção, foi paralisada e a sua maquinaria vendida como sucata. A contratação de empreiteiros para a execução dos serviços ferroviários é outra sumidura de dinheiro público, tais são as falências operárias e administrativas que possibilitam.

No entanto o sr. Renato Feio, se o povo também sabe disso, discute petições dos ferroviários e entreguistas, os membros da RFFSA, com o objetivo de adormecer a vigilância dos brasileiros e poder continuar, através dos empréstimos dos «Estados Unidos» e das importações de material ferroviário, substituindo sempre mais os nossos transportes ferroviários dos monopólios norte-americanos.

Esses são os fatos — origem das críticas populares. Não há dúvida que a destituição do sr. Renato Feio do alto cargo que ocupa na RFFSA é uma exigência do povo brasileiro e uma medida moralizadora das mais necessárias.

«1) — Que sejam tomadas medidas para melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da povo impedindo-se o ritmo inflacionário e as consequências que sobrecarregam os preços dos artigos de consumo popular e sejam reajustados permanentemente os salários e vencimentos de acordo com a oscilação dos preços;

Finalmente que o Senado Federal aprove imediatamente a Lei Orgânica da Previdência Social e a Lei do Direito de Greves.»

SINDICATO DOS PUBLICITARIOS Empossada a Diretoria

Tomou posse, a 19 de fevereiro, a diretoria do Sindicato dos Agenciadores de Publicidade e Propagandistas (Publicitários) do Rio de Janeiro, eleita para o biênio 1959-1960. A nova diretoria está assim constituída: DIRETORIA: Antônio Torres Gallo — Presidente; Adelar Xavier de Oliveira — Secretário; e Salomão José Mansu

Honório Filho — Tesoureiro. SUPLENTE DA DIRETORIA: Washington Fragoso Maglioli, João Gaspari e Waldyr Freitas. CONSELHO FISCAL: Angelo Rafael de Celio, Jacy Fernandes Daloz e Waldyr Freitas. SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL: Luiz Santos, Fioravanti Vivacqua e Ary Cataldi.

DEFENDE TEU DIREITO

S. CALHEIROS BOMFIM

Correspondência para: NOVOS RUMOS ou Rua São José, 50

Muitas empresas não pagam o novo salário mínimo e, o que é pior, não poucos juizes lhes têm dado razão. Afinal, — perguntam todos, — o aumento salarial e devido, ou não, a partir de 1.º de janeiro? Por que se levanta dúvida, se o Decreto 45.106-A estabelece, expressamente, a data da vigência da nova tabela de salário?

A resposta a essa indagação exige espaço e precisa de considerações preliminares. Por isso, transferimo-la para a próxima semana, reservando para hoje os comentários de que deve ser precedida.

Queremos destacar que a respeito da vigência imediata, ou não, do novo salário mínimo as opiniões estão divididas, tanto na imprensa, nos Tribunais como entre os próprios empregadores. E devemos saudar essa divisão como um passo à frente, uma etapa conquistada na batalha por melhores salários.

Isto porque, quando do Decreto anterior (39.604-2, de 14-7-56), que mandou vigorasse imediatamente o aumento do salário mínimo, a recusa a pagar os novos níveis salariais antes de sessenta dias não encontrou tanta reação como a que se vê agora. Beneficiando-se, naquela época, os pa-

trões com a discrição da maioria dos jornais, a indiferença do governo e, principalmente, a fraqueza das organizações sindicais. E, como não podia deixar de ser, a Justiça do Trabalho, — a mais sensível de todas as Justças aos movimentos de opinião pública, — decidia então, invariavelmente, que a majoração do salário mínimo só era exigível depois de sessenta dias da publicação do respectivo Decreto.

Tal, porém, já não vem acontecendo, em relação ao atual salário mínimo, por cuja vigência imediata se vêm pronunciando algumas Juntas, já havendo nesse sentido até uma decisão da 2.ª Turma do Supremo Tribunal Federal.

Mas não se iludam os trabalhadores, porque os Tribunais trabalhistas, em sua maioria, continuam a entender que ninguém está obrigado a pagar o novo salário mínimo antes de 26 de fevereiro de 1959. Cumpre, pois, redobrar os esforços para obrigar os empregadores a satisfazerem o aumento desde 1.º de janeiro, independentemente do pronunciamento da Justiça, cujo resultado, além de duvidoso, é demorado. Isso sem prejuízo do trabalho normal que deve ser efetuado para convencer os Juizes da justiça da vigência imediata do novo salário mínimo.

META FERROVIÁRIA DO GOVÊRNO GOLPEIA A INDÚSTRIA NACIONAL

Encerrando estas notas acerca das Metas de JK, prometemos, entretanto, aos leitores que em números posteriores analisaremos, em reportagens específicas, outras Metas que, como a da Indústria automobilística e a de construção naval, merecem um estudo mais dilatado. Todavia, como observação geral a respeito do Programa de Metas, tanto nas que hoje focalizamos como naquelas que examinaremos em outras oportunidades, a nota tónica reside em que a programação — que, em si, é positiva — tem seu defeito básico no desconhecimento dos recursos nacionais. E, conseqüentemente, no desprezo por sua utilização no desenvolvimento da economia nacional, acarretando, com isto, conseqüências graves.

- * **Compras em massa, nos Estados Unidos, do que já é produzido no Brasil**
- * **Carvão: Meta é diminuir a produção...**
- * **Govêrno contra Govêrno na Meta de silos e trigo**

Reportagem de R. ARENA e L. SOUZA

(Última de duas notas)

FERROVIAS

O material ferroviário (locomotivas, carros de passageiros e vagões) adquirido em 1957, assim como as aquisições previstas para 1960, oferecia, a 30 de setembro último, o seguinte quadro, onde se discriminam as compras financiadas pelo BNDE e por outras fontes de financiamento:

	Adquirido em 1957	Previsto para 1960	Totais	Adquirido em 30/9/58
Locomotivas (x)				
BNDE	6	54	60	
Outros financ.	130	222	352	
Meta p/1960			412	342
Carros pass. (x)				
BNDE	200	343	543	
Outros financ.	120	423	543	
Meta p/1960			1.086	443
Vagões (x)				
BNDE	3.587	1.731	5.318	
Outros financ.	1.643	3.982	5.625	
Meta p/1960			10.943	6.889

(x) — Unidade = um. Observa-se que, se, por um lado, o programa vem sendo cumprido com regularidade satisfatória, ele está por outro lado representando uma violenta sangria na receita de cambiais do país. Pois o que se lê atrás da coluna "outras financiamentos" são compras efetuadas no estrangeiro, a maior parte nos Estados Unidos, enquanto o BNDE financia as compras efetuadas a produtores nacionais.

Até fim de 58, tal programa havia acarretado o dispêndio de 163,7 milhões de dólares norte-americanos, realizando uma diferença para mais de 27,8 milhões sobre as previsões do Plano; a essa diferença ainda devem acrescentar-se 4,1 milhões comprados em dólares canadenses, e não previstos no plano. Uma percentagem considerável desses gastos poderia ter sido evitada, se houvesse uma política do govêrno visando ao aproveitamento dos recursos nacionais. A indústria nacional de vagões, capacitada a produzir em padrões internacionais, está sendo deixada ociosa pelo programa governamental, e vê suas atividades seriamente ameaçadas. Sabese que as fábricas nacionais de vagões, com uma capacidade de produção de mais de sete mil unidades por ano, acham-se sem encomendas.

An invés de anunciar-se uma mudança nessa política, o que se indica na contrária é que suas conseqüências desastrosas para a indústria nacional continuarão se fazendo sentir, agravando-se mesmo. O Plano prevê, para o período 59-61, novas compras no exterior num montante de 121,6 milhões de dólares. Esta soma de-

verá ser quase duplicada, em resultado do crédito concedido pela Eximbank em junho passado para a Meta ferroviária, de 100 milhões de dólares. Outros empréstimos negociados nos Estados Unidos, com o mesmo objetivo, tornam claro que se pretende passar à indústria norte-americana uma parte substancial das encomendas que haviam sido reservadas à indústria nacional de vagões. Na verdade, as primeiras remessas pioneiras desse material já estão chegando aos portos brasileiros.

CARVÃO

Como se sabe, o problema do carvão brasileiro é fundamentalmente um problema de consumo e transporte, e não de produção; nossa produção não cresce e mesmo diminui porque sua utilização na siderurgia é pouco realizável, em vista de sua composição, no mesmo tempo em que não se tomaram até o momento medidas concretas tendentes a utilizá-lo em outras atividades. Assim, a produção de carvão em 1955 atingiu 2.348 mil toneladas, enquanto que o consumo era de 1.676 mil toneladas. Daí para cá, tanto a produção como o consumo vêm se reduzindo, atingindo, respectivamente, 2.116 mil e 1.466 mil toneladas em 1957. A meta da carvão previa uma produção de 2.330 mil toneladas em 1958 e 3.140 mil toneladas em 1960. Os dados existentes indicam que no primeiro semestre de 1958 a produção era inferior a um milhão de toneladas, calculando-se que não tenha sido atingida a meta programada. Por outro lado, mesmo a demanda superior a produção, a dificuldade de transportes faz com que nem essa deman-

da seja convenientemente satisfeita. Assim, a Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, em Santa Catarina, de grande importância para o transporte de carvão, só está em condições de realizar 2/3 do transporte que lhe cabe.

Constatando esses fatos, os responsáveis pela realização do Programa de Metas alegam a intensidade inesperada (será que não estava prevista?) da introdução de locomotivas Diesel elétricas no Rio Grande do Sul e a paralisação dos projetos de instalação e ampliação das usinas termelétricas de São Jerônimo, Charqueadas e Candiota como responsáveis pela redução ou estagnação do consumo, nada dizendo, porém, sobre a melhoria dos transportes. Entretanto as grandes obras do Plano do Carvão entregues às entidades grôgas, os programadores sugerem ingenuamente a modificação da meta com a redução e não o aumento da produção, em outras palavras, com o abandono desse importante setor de nossa indústria.

TRIGO E SILOS

Considerando que a necessidade de aumento da capacidade dos silos e armazéns nacionais era de 1.200 mil toneladas, decidiu o govêrno atear um programa modesto destinado a acrescentar 712 mil toneladas, o que era considerado o mínimo a ser satisfeito até 1960, sendo que 2/3 em 1958. Entretanto, reconhecem os responsáveis pela execução do programa que, até junho daquele ano, apenas 16,7% da meta haviam sido atingidos, contando então com uma realização maciça no biênio 1959-1960, para que se cumpra a meta em pouco mais de 2/3. Por outro lado, acusam eles a COTRIM, órgão do Ministério da Agricultura, encarregado da construção dos silos e armazéns no Rio Grande do Sul, por estar programando uma tal quantidade de silos e armazéns para trigo que superaria a produção gôchea em 1960. Mais uma vez nos deparamos com a flagrante desconexão entre as metas do govêrno, além de desconexão mesmo entre os encarregados de sua realização.

Contudo, o govêrno leva tanto a sério a realização de suas metas que firma acordos de compra de trigo com os Estados Unidos, Argentina e Uruguai, num montante mínimo, de respectivamente, 600 mil, um milhão e 400 mil toneladas, por ano, quando sua meta é de 1.500 mil toneladas de produção nacional em 1960, estando o consumo calculado, de modo otimista, entre 2.500 mil e 3.100 mil toneladas; ora, esse cálculo é tão otimista que, segundo ele, o consumo de trigo durante o biênio 1956-1957 deveria alcançar 5 milhões de toneladas, quando foi bem inferior a 4,5 milhões.

FALECEU MANUILSKI

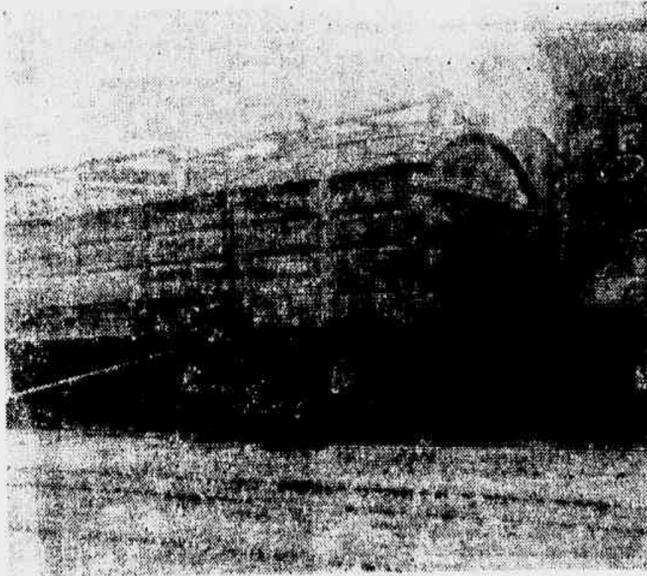
A 22 de fevereiro, faleceu em Kiev, capital da República Soviética da Ucrânia, o notável militante do movimento operário internacional Dimitri Manuïlski.

Manuïlski nasceu em 1885, contando portanto 75 anos de idade. Viveu como emigrado revolucionário na França. Participou ativamente da Revolução socialista de Outubro de 1917 na Rússia. De 1924 a 1943 foi Secretário da Internacional Comunista.

Depois da segunda guerra mundial Dimitri Manuïlski foi Ministro do Exterior da República Socialista Soviética da Ucrânia, participando nesta qualidade de numerosas conferências internacionais e representando aquela República soviética na ONU.

Manuïlski foi jornalista de talento e grande orador, mas seu nome se projetou mundialmente como Secretário da IC, onde granjeou as simpatias e amizade fraterna de muitos dirigentes comunistas de outros países.

O falecimento de Manuïlski ocorre depois de uma prolongada enfermidade.



Mais de sete mil vagões por ano — tal é a capacidade da indústria nacional de material ferroviário. E como se vê na foto, onde aparece um vagão fabricado no Brasil, engatado em outro, americano, a qualidade não fica em nada a desejar, como, aliás, o reconhecem numerosos técnicos. Entretanto, na execução da Meta ferroviária de JK, a capacidade nacional foi simplesmente desprezada. Tudo é importado dos Estados Unidos. As fábricas nacionais ficaram sem encomendas. Será isto crescer?

SAUDAÇÃO DE PRESTES A FOSTER

Luiz Carlos Prestes enviou ao Presidente do Partido Comunista Americano, William Foster, o seguinte telegrama pelo seu aniversário natalício:

«Comunistas brasileiros saúdam calorosamente o natalício do querido amigo e grande lutador em defesa do marxismo-leninismo. Enviamos votos de saúde e longa vida.

Carinhosamente,
(a) Luiz Carlos Prestes».

"ESTUDOS SOCIAIS"

Está circulando o número duplo 3-4 da revista «Estudos Sociais». Do seu sumário, cuja matéria compreende cerca de 200 páginas, constam trabalhos de interesse sobre variados assuntos: políticos, econômicos, literários, sociológicos, etc., além de críticas de livros e revistas.

Queremos salientar, por sua rica documentação, o capítulo de um livro (inédito) do economista Aristóteles Moura sobre aspectos atuais da economia brasileira. Em fundamentado artigo, Jacob Gorender faz uma análise do livro do professor Guerreiro Ramos «Redução sociológica». Mário Alves estuda os resultados das eleições de outubro e o movimento nacionalista. Astorjildo Pereira publica um longo trabalho sobre o pensamento dialético e materialista de Machado de Assis. O problema da terra, que desperta crescente interesse entre economistas, políticos e imprensa, consta neste número de «Estudos Sociais» com trabalhos de caráter histórico e da atualidade: dele tratam Fragmon Carlos Borges, Manuel Paiva e Duvitiliano Ramos. O professor Pascoal Leme apresenta um bem documentado artigo sobre a situação do ensino na América Latina, neste momento em que o problema entre nós está merecendo atenção dos especialistas e legisladores. Destacamos também o artigo de Fábio Lucas «À margem da Revolução brasileira» e a bem argumentada crítica ao livro discutido do professor Hélio Jaguaribe sobre o nacionalismo.

Temos assim um ótimo número de «Estudos Sociais», digno do conceito que já adquirira a revista por seus números anteriores.

NOTA ECONÔMICA

No transcurso da última semana, o deputado Sérgio Magalhães (PTB-Distrito Federal), vice-presidente da Câmara, informou a reportagem credenciada no Palácio Tiradentes, que estava preparando alguns projetos de legislação disciplinando o investimento estrangeiro no Brasil. Vozes — esclareceu o combativez parlamentar nacionalista — preencher estas lacunas da legislação brasileira e no mesmo tempo preparar o terreno para a aprovação de um Estatuto do Capital Estrangeiro. Nessa oportunidade, o deputado Sérgio Magalhães distribuiu à imprensa a copia de um projeto estabelecendo normas para a remessa de lucros para o exterior.

A primeira medida estabelecida no projeto Sérgio Magalhães é a obrigatoriedade da execução das transferências de rendas do investimento estrangeiro pelo mercado de câmbio livre. Na justificativa o deputado carioca chama a atenção para certas ressalvas estatutadas na lei de Tarifas, (por exemplo, a compra de equipamentos

para os investimentos considerados essenciais pelo mercado oficial), que na prática, facilitam a saída clandestina do país de lucros do capital estrangeiro. Além dessa providência, o projeto fixa em 8 e 10% os limites para as retiradas anuais nessa rubrica.

A prática do investimento estrangeiro no Brasil vem demonstrando que este é rapidamente amortizado, ao mesmo tempo em que deixa no país um estabelecimento com a função de canalizar recursos brasileiros para o exterior. Para maior clareza, suponhamos que uma firma estrangeira qualquer tenha feito um investimento no país de 10 milhões de dólares, em 1950. Com as regras que a lei brasileira lhes facilita, têm as empresas estrangeiras a possibilidade de enviar para o exterior todas as rendas aqui obtidas, sem quaisquer restrições, pelo mercado de câmbio livre. Ora, sabendo-se que seus lucros são de 100% e mais, qualquer investimento, em dois ou três anos, está amortizado. No exemplo pro-

posto, entre 1951 e 1954, aquele capitalista teria transferido para o exterior os 10 milhões entrados em 1950. Simultaneamente, contaria com um empreendimento no Brasil, com um capital maior que o inicial (digamos 12 milhões), já que os reinvestimentos com lucros obtidos no

país são registrados como capital estrangeiro e desfrutam da prerrogativa de transferir lucros. Disposto de tais favores, é acertada a fórmula que considera o capital estrangeiro aplicado no Brasil como simples bomba de sucção dos recursos nacionais,

no país não poderão ser considerados capital estrangeiro, para efeito da remessa de lucros, desde que não estejam compreendidos dentro dos limites fixados para as transferências de lucros.

Para pôr cõbro a essa situação anormal, prevê o projeto Sérgio Magalhães, que toda remessa de lucros que exceda dos limites anteriormente indicados, (8 e 10%) será considerada como retorno de capital. Tais transferências segundo o projeto, não poderão exceder de 20% anuais. Ao mesmo tempo, os reinvestimentos com lucros obtidos

no país não poderão ser considerados capital estrangeiro, para efeito da remessa de lucros, desde que não estejam compreendidos dentro dos limites fixados para as transferências de lucros.

que vem vigorando. Voltemos ao nosso exemplo do investimento estrangeiro de 10 milhões de dólares. Suponhamos que seja feito em 1959. Transferindo lucros excedentes na medida em que lhe faculte a lei (20%), em 5 anos, até 1964, teria efetivado o re-

torno do capital inicial. Autenticamente não poderia mais operar a transferência de rendas para o exterior. Cessaria de funcionar a famigerada bomba de sucção. Por outro lado, se ao invés de transferir anualmente 200 mil dólares de lucros excedentes, resolvesse o capitalista estrangeiro aplicá-los no país, não poderia esse reinvestimento, segundo o projeto, continuar dando base a remessa de lucros para o exterior. Os descontos operados no investimento, decorrentes das transferências de lucros excedentes — conceituadas no projeto como retorno de capital — e dos reinvestimentos oriundos desse mesmo lucro excedente, passariam a ser registrados como capital nacional em mãos de estrangeiros. Estaria preenchida uma lacuna séria de nossa legislação.

O projeto Sérgio Magalhães, conforme afirma o parlamentar carioca na sua justificativa, não visa criar um clima intolerável para os investimentos estrangeiros no Brasil, mas apenas corrigir os excessos de liberalidade da nos-

sa legislação. Na Itália, por exemplo, país que não pode ser incluído entre aqueles, como os Estados Unidos, que opõem serias restrições ao capital estrangeiro, as transferências de lucros estão limitadas a 6% e não desfrutam de nenhum câmbio de favor, como no caso brasileiro, quando as autoridades governamentais tudo fazem para manter o dólar no câmbio livre em torno dos 140 cruzeiros, taxa que não tem nenhuma correlação real com o índice de desvalorização atingido pelo cruzeiro e que visa apenas criar condições as mais favoráveis, a fim de que o capital estrangeiro possa canalizar para o exterior uma soma fabulosa de recursos nacionais. Por outro lado em nenhuma parte do mundo o reinvestimento que decorre dos lucros obtidos no país goza das prerrogativas concedidas ao capital estrangeiro. E evidente que o projeto de deputado Sérgio Magalhães para tramitar rapidamente na Câmara e ser aprovado precisa contar com o apoio decidido de todas as forças nacionalistas.

OLHANDO PARA O FUTURO

Palmiro Togliatti

Um conhecido escritor inglês pronunciou recentemente, em Roma, uma conferência, da qual toda imprensa se ocupou, e

econômicas, mas isto não se pode traduzir para ele senão no advento de um "Estado totalitário". E, então, o futuro que vis-

brica e o transforma, material e espiritualmente, segundo sua conveniência, por meios bizarros. Entra em cena, então, a

destrói a ideologia com que o mundo capitalista se nutriu a si mesmo, aos próprios filósofos e literatos, e com a qual se esforça ainda agora para nutrir o ânimo das massas.

Não se pode prever se, antes, não se vê exatamente. O futuro da sociedade humana está contido no seu presente, mas não conhece este presente senão aquele que está em condições de fazer uma justa análise das relações econômicas atuais, seja entre os indivíduos, seja entre a coletividade hoje existente. E estas, no mundo capitalista, que se tornou o mundo do imperialismo, são relações de sujeição e de utilização de uma classe por outra, de espoliação e de submissão de povos e nações inteiras por parte de pequenas minorias. A civilização do chamado Ocidente é, hoje, em grande parte, em cada momento, baseada não apenas na exploração do homem pelo homem, mas no escravismo, no verdadeiro e preciso sentido da palavra. Toda a vida econômica e política da França burguesa está vinculada à submissão e ao massacre do povo argelino. A fatura da classe média dos Estados Unidos, a pompa dos seus milionários e de suas mulheres, são pagas entre outros, pela miséria abominável dos índios da América do Sul, ou das tribos árabes, às quais é roubado o petróleo, riqueza de sua terra. A ci-

vilização britânica teve, por dois séculos, seu fundamento na rapina de saqueadores dos recursos naturais das terras coloniais, nas criminosas empresas de destruição da civilização original dos povos que habitavam aquelas terras. Hoje, continua a viver graças ao que acumulou com aqueles meios. A delicada e paradoxal intelectualidade do literato londrino é a outra face brutal dos bandidos que assassinam em massa os indígenas de Quênia, que fuzilam os insurretos pela liberdade de Chipre. O "valor individual" que ele celebra e proclama e do qual chora o ocaso, tornou-se o valor dos traficantes de escravos e de uma sociedade que se locupletou com aquele tráfico; é, hoje o valor que não permite sequer conceber quais possam ser um mundo e uma humanidade onde não mais existam nem exploradores, nem negreiros, e nem tampouco, coronéis que a canhaçoas massacraram uma multidão de homens de cor.

Foi da análise objetiva das relações de classe, econômicas, políticas e sociais, que o marxismo retirou a previsão da inevitável rutura na cadeia da exploração capitalista e imperialista e do advento em seguida, da revolução socialista e da era do socialismo, na qual hoje estamos entrando. Foi de análise análoga das relações econômicas e políti-

LENIN, ENTUSIASTA DO DEBATE

O II Congresso do Partido Operário Social Democrata da Rússia — Congresso de formação do partido, em que foram aprovados o seu programa e os seus Estatutos — transcorreu numa atmosfera extremamente tensa. Lenin e os "iskristas" tiveram de travar uma luta implacável contra os que se opunham à criação de um partido único e organizado da classe operária, orientado pelo marxismo. Mas, mesmo entre os adeptos de "Iskra" havia elementos vacilantes e oportunistas, que preferiam conciliar as tendências opostas em vez de enfrentar a luta. Tais elementos não se sentiam bem na atmosfera carregada do Congresso. Em sua obra "Um passo adiante, dois passos atrás", Lenin fixa o seguinte episódio do Congresso:

«Não posso deixar de relembrar uma palestra que tive no Congresso com um delegado pertencente ao "Centro".

— Quanto tensa é a atmosfera deste Congresso, queixava-se ele. «Este conflito encarnado, esta agitação, um contra outro, estas polémicas aceras, estas relações inamistosas!...»

— Que magnífico Congresso é este!, respondi-lhe. «Uma luta aberta e livre! As opiniões são ventiladas. Os matizes de opinião se revelam. Manifestam-se grupos. Levantam-se as mãos. Uma decisão é adotada. Deixa-se para trás uma etapa. Para a frente! — eis de que eu gosto. Isto é a vida. Não se trata de uma interminável e aborrecida discussão em que tudo são palavras de intelectuais e que se encerram não porque se tenha resolvido uma questão, mas simplesmente porque as pessoas se cansaram de falar...»

O camarada do "Centro" encarou-me com os olhos assombrados e encolheu os ombros. Estávamos falando linguagens diferentes».



que tinha por tema — o futuro. O escritor se referia a um livro seu, também este assaz conhecido, dedicado ao tema e que pode ser considerado como o primeiro de uma série de documentos literários que atestam como ideologia educada na ideologia hoje prevalecente no mundo "ocidental" são incapazes de penetrar no sentido do que está sucedendo na era presente e do futuro imediato que se abre à humanidade. De toda a presente realidade e evolução da sociedade humana, não é vista e posta em relevo, senão uma coisa: a tendência à superpopulação, a extraordinária rapidez com que aumenta a pressão demográfica e, portanto, a população do globo. E' evidente, também para nós, que tal tendência, na medida em que existe e se acentua, atribui um relevo particular aos problemas da produção e da distribuição da riqueza. Mas, para nós, é evidente ao mesmo tempo, que o ininterrupto e rápido aumento da população, quer dizer ininterrupto e rápido aumento das forças produtivas. O mais importante nisto, realmente, é o homem, e o desabarcar para a vida de novas e inumeráveis massas humanas, não pode deixar de significar um crescimento contínuo da força criadora da humanidade, da possibilidade de e capacidade dos homens de subjugar e orientar para os seus fins, as forças da natureza, de submeter à sua vontade o próprio mundo da produção, de educar-se a si mesmos e progredir. O escritor inglês não está à altura de compreender este processo. Ele vê bem que a crescente pressão demográfica é fator que impele para o controle e domínio das relações

lumbra assume aspectos grotescos. O Estado, uma vez que deverá esforçar-se por controlar e dirigir a economia, não mais poderá permitir aos indivíduos acumular lucros explorando uma massa interminável de trabalhadores e povos inteiros, torna-se um Leviatã monstruoso, que não suprime o indivíduo, antes o fa-

máquina que produz, modifica e desenvolve as células germinais, e a que "lava os cérebros", e a que instrui os que dormem sem acordá-los, e os tranquilizadores, e os entorpecedores de consciência, e os soros da verdade. Puro delírio! Delírio, porém, que é expressivo a seu modo, da profunda crise que atormenta e

DEFENDER A REVOLUÇÃO E FAZÊ-LA AVANÇAR!

De 26 a 28 de Janeiro, reuniram-se em Havana, Cuba, o Comitê Nacional do Partido Socialista Popular (comunista). Era a primeira reunião plenária da legalidade depois de quase sete anos da ditadura de Batista. O plano do Comitê Nacional do PSP foi presidido pelos dirigentes do partido — nomes conhecidos de revolucionários da classe operária cubana — Juan Marinello, Blas Roca (secretário-geral), Amibal Escalante, Manuel Lizardo, ao lado de outros queridos líderes dos trabalhadores, como Joaquim Ordoqui, Lázaro Peña, Carlos Rafael Rodríguez, Severo Aguirre e Ursino Rojas, que integram o Biro Executivo do CN do PSP.

A sessão inaugural estavam presentes jornalistas, representantes da maioria da imprensa de Havana, representantes do rádio e da televisão.

FALA MARINELLO

O pleno do CN do Partido foi aberto por Juan Marinello, que disse, entre outras coisas:

«A tirania de Batista — instaurada pelo imperialismo e pelo imperialismo sustentada — quis esmagar, destruir, fazer desaparecer o Partido Socialista Popular. A tirania já não existe. E' nosso partido, o partido dos trabalhadores e do novo cubano, o partido de Mella e Menéndez, está aqui, cada vez mais firme, mais ativo, mais valeroso do que nunca. Aqui está nosso partido, mas nem todos os seus membros podem partilhar da alegria de reunir-se na manhã de hoje. Há muitos claros em nossa fileiras. Não poderão acompanhar-nos, nas grandes batalhas que de correnham as atuais perspectivas,

companheiros que pagaram com sua vida de revolucionários o estado de coisas que desangrava Cuba».

A seguir, Marinello eltoou os nomes de 33 destacados dirigentes e militantes do Partido assassinados pela tirania de Batista. E acrescentou: «Não são apenas estes, de forma alguma, os companheiros vitimados pela tirania. Outros muitos tombaram nas perseguições pessoais ou lutando valorosamente nas fileiras do Exército rebelde. Rendemos tributa em homenagem a nossos homens e, juntamente com eles, a todos os cubanos de todas as crenças religiosas e opiniões, de todas as classes e origens, sacrificados pela barbárie da tirania. Todos têm a nossa admiração e o nosso respeito. Todos caíram pela mesma causa. A todos devemos a situação atual. Todos abriram o caminho da liberdade e de firmes possibilidades que agora trilhamos».

O INFORME DE BLAS ROCA

O secretário-geral do Partido Socialista Popular de Cuba, Blas Roca, fez um informe sobre os acontecimentos posteriores a 6 de Janeiro, os quais confirmaram as teses do partido em que se fazia uma análise da situação. O triunfo das forças rebeldes — disse Blas Roca — não foi uma simples mudança artificial, mas um deslocamento de forças sociais no Poder... Pode dizer-se, com razão, que em Cuba a revolução está em marcha».

Blas Roca disse que o atual Poder se apóia diretamente na burguesia nacional, na pequena burguesia urbana, no campesinato e na classe operária. Assinalou porém que os operários e

camponeses pobres não estão representados no governo. Referiu-se às classes que apoiam o governo como classes progressistas.



DEFENDER A REVOLUÇÃO E FAZÊ-LA AVANÇAR

O dirigente dos comunistas cubanos destacou que a revolução não entrou ainda no terreno econômico, não tocou nas bases econômico-sociais do domínio estrangeiro, da reação e da tirania. Disse que o Partido Socialista Popular, ante a situação presente, parte dessas considerações fundamentais e se basela em que "a tarefa do momento é defender a revolução e fazê-la avançar».

O INIMIGO NÚMERO 1: O IMPERIALISMO IANQUE

Blas Roca afirmou que o inimigo número um da revo-

lução cubana é o imperialismo norte-americano, que a ataca de todas as formas possíveis e que outros inimigos internos atacam a revo-

lução cubana é o imperialismo norte-americano, que a ataca de todas as formas possíveis e que outros inimigos internos atacam a revo-

lução, cooperando com o imperialismo e desenvolvendo seu próprio trabalho de sapa, de resistência passiva, provocação de distúrbios e divisões.

— Se o imperialismo passou a atacar abertamente a revolução — acrescentou Blas Roca — e porque está fol também uma derrota do imperialismo ianque e de seus lacaios, mesmo dos que não faziam parte do governo tirânico.

Blas Roca referiu-se também à enorme repressão que teve o movimento revolucionário cubano na América Latina.

Tratando da campanha

norte-americana contra os fuzilamentos dos criminosos de guerra em Cuba, disse que seu verdadeiro objetivo era "aterrorizar e submeter o

novo Poder", impedir a adoção de medidas revolucionárias necessárias na ordem econômico-social e fazer com que o novo poder renunciasse a independência e a soberania recém-conquistada". Mas, o imperialismo fracassou nestes objetivos, embora tenha havido concessões como a do salvo-conduto a Mujal. A resposta nacional a esses ataques — prosseguiu Blas Roca — foi contundente e grandiosa, como a demonstração em frente ao palácio do governo, que elevou o espírito antiimperialista da nação e a consciência da soberania e da independência nacional.

Blas Roca advertiu que os

uma capacidade de penetração e previsão que simplesmente estupefaz, porque tem algo de profético. Não há um só, entre os historiadores, economistas, pensadores não marxistas que hajam dedicado suas reflexões a indagar os caminhos de desenvolvimento da humanidade, que ao menos possa, de longe, ser posto em confronto com estes clássicos.

São de Marx, de 1853, os escritos que, ao traçar o quadro dos resultados do domínio britânico na

(Conclui na 10ª página)

imperialistas ianques não se conformarão com sua derrota em Cuba, com a perda do poder político, e continuarão seus ataques contra a revolução, por outros meios.

Finalmente, para assegurar as vitórias da revolução e fazê-la avançar, o dirigente comunista cubano salientou a necessidade de união das forças democráticas, de todas as forças que apoiam o governo saído da revolução, para que este possa realizar os mais sentidos anseios populares.

BLAS ROCA NO BRASIL

Esta foto data de 13 anos passados. A 10 de julho de 1946 o dirigente comunista cubano Blas Roca visitava a nossa Assembléia Constituinte, como parlamentar cubano que era então. Aqui vê-mo-lo na mesa da Assembléia Constituinte, ao lado dos então deputados Carlos Marighella e Daniel Carvalho e do senador Melo Vianna, que presidia a sessão.

Manifestações De Sectarismo

Em seu último artigo — "A situação política e a posição dos comunistas" — Prestes chama a atenção de todos os militantes para a necessidade de eliminar as manifestações sectárias que persistem no movimento comunista. No momento atual, são as tendências sectárias que mais dificultam a ligação dos comunistas com o movimento de massas, sua participação aberta e atuante nas organizações operárias e populares. Embora se revista de uma aparência revolucionária e empregue um palavreado esquerdista, o comunista que se afeita a posições sectárias age de maneira profundamente prejudicial aos interesses da classe operária e do povo, porque entrava o processo de unidade das forças nacionalistas e democráticas.

A DIREÇÃO DO PROLETARIADO NA FRENTE ÚNICA

Uma das manifestações correntes de sectarismo é a atitude de alguns comunistas, que encaram com reservas ou hostilidade o movimento nacionalista. Alegando que se trata de um movimento burguês, consideram que os elementos de vanguarda da classe operária, ao integrar-se nas fileiras nacionalistas, estariam sob a direção da burguesia e perderiam, deste modo, sua posição independente. Partindo dessa compreensão, há comunistas que promovem manifestações isoladas dos elementos de vanguarda, ou que só concebem sua participação em nações políticas quando estas se realizem sob sua direção.

Esta atitude decorre, evidentemente, de uma falsa concepção sobre a

hegemonia do proletariado (isto é, sobre a direção das demais forças revolucionárias pela classe operária). A direção do proletariado não pode ser imposta previamente às outras classes e camadas antiimperialistas. Quando, num passado recente, esta imposição era tentada em alguns casos pelos comunistas, conduzia a resultados negativos. Ela provocava o isolamento político dos comunistas, porque os levava a trabalhar em conjunto só com os aliados — evidentemente poucos — que já aceitavam seus pontos de vista.

Os comunistas de modo algum devem condicionar sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento. Tendo por objetivo a ampliação e a coesão da frente única, trabalham para que as forças antiimperialistas e democráticas, principalmente as grandes massas da cidade e do campo, aceitem a direção do proletariado, uma vez que esta direção é, do ponto-de-vista histórico, a única capaz de dar à frente única firmeza e consequência política. A conquista da hegemonia do proletariado é, porém, um processo de luta árduo e paulatino. Este processo avançará à medida em que a classe operária forjar sua unidade, estabelecer laços de aliança com os camponeses e defender de modo acertado os interesses comuns de todas as forças que participam da frente única.

Uma condição básica para que a classe operária possa assumir a direção

do movimento de libertação nacional é, precisamente a sua participação ativa nesse movimento. Se os operários e, em particular, sua vanguarda política, os comunistas, adotassem uma atitude de alheamento sectário em relação à luta nacionalista, é evidente que esta luta se desenvolveria exclusivamente sob a influência dos elementos burgueses e pequenos burgueses. O movimento nacional e democrático estaria mais exposto, neste caso, às vicissitudes e à inconsequência que caracterizam a atividade política das correntes não proletárias. Vemos, pois, que o isolamento sectário dos comunistas em face do nacionalismo, embora possa parecer uma atitude de alto sentido revolucionário, não passa na prática, de uma capitulação oportunista, porque entrega passivamente aos elementos não proletários a direção do movimento antiimperialista.

Para que a classe operária consiga assumir a direção efetiva (e não apenas imaginária) da frente única nacionalista e democrática, é necessário um longo e paciente trabalho, durante o qual as massas que participam das lutas antiimperialistas se convençam, por sua própria experiência e como resultado da ação persuasiva dos comunistas, de que as posições do proletariado são as mais justas e somente ele pode conduzi-las a uma vitória completa sobre o inimigo da nação. Não se pode conceber um trabalho desse tipo se os comunistas se mantêm afastados

do movimento nacionalista, se não se esforçam para que as organizações de massas onde atuam, participem com entusiasmo da luta antiimperialista.

LUTA DE CLASSES E ALIANÇA COM A BURGUESIA

Outra manifestação comum de sectarismo é a oposição mais ou menos aberta à ideia de aliança com a burguesia, sob o pretexto de que o proletariado deve aguar ao máximo a luta de classes para defender seus interesses.

Os que adotam tal opinião não compreendem que na situação atual a contradição dominante é aquela que opõe todas as forças nacionais ao imperialismo norte-americano e seus agentes internos. Nestas condições, surge a necessidade da aliança entre todas as classes e camadas sociais interessadas na luta antiimperialista. Embora haja contradições e conflitos de interesses entre essas classes (por exemplo, entre o proletariado e a burguesia), tais contradições e conflitos ocupam um plano secundário em relação à contradição principal. Esta exige solução radical e completa na fase atual, enquanto a contradição entre a classe operária e a burguesia só pode ser resolvida radicalmente numa etapa posterior da revolução, na etapa socialista. O conflito de interesses existente entre a classe operária e a burguesia não pode nem deve impedir, portanto, que estas classes unam seus esforços na luta contra o inimigo comum da nação.

A aliança antiimperialista do proletariado com a burguesia não exclui, certamente, a luta entre estas duas classes. Ao travar a luta de classes em defesa de seus interesses específicos, os operários o fazem de forma adequada, partindo da compreensão de que na atual etapa não se trata de resolver radicalmente a contradição que os opõe à burguesia. E que significa conduzir a luta contra a burguesia de forma adequada? Significa levar esta luta até certos limites compatíveis com a manutenção da aliança antiimperialista.

A luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia nem romper a aliança com ela, mas visa a defender os interesses próprios do proletariado e das massas, buscando simultaneamente ganhar a própria burguesia para aumentar a coesão da frente única. Quando os operários do Rio, por exemplo, se lançam à greve pelo pagamento do salário-mínimo, estão defendendo seus interesses de classe e, ao mesmo tempo, pressionando a burguesia para que realize uma política de desenvolvimento baseada no bem-estar do povo. É uma forma adequada de luta contra a tendência da burguesia a descarregar nas costas dos trabalhadores todo o ônus do desenvolvimento econômico capitalista. É uma forma de luta por uma política de desenvolvimento que compreenda soluções nacionalistas e populares e que seja capaz, portanto, de contri-

buir para o fortalecimento da frente única.

Quando alguns comunistas afirmam que os operários só devem preocupar-se com a luta de classes contra os patrões e não com a luta nacionalista e com a frente única antiimperialista, no

fundo manifestam, sob uma fraseologia pseudo-revolucionária, o mais vulgar "economismo" oportunista. Há mais de cinquenta anos, Lênin demonstrava que se os operários se encerram nos limites estreitos da luta econômica por seus interesses imediatos, renunciam à luta principal e decisiva, que é a luta política. (Lênin — "Que fazer?").



Os dois aspectos do movimento nacionalista

A ação do movimento nacionalista deve se desenvolver, simultaneamente, em dois terrenos: por um lado, defendendo e procurando consolidar as conquistas já realizadas; por outro, lançando-se à luta pela conquista de novas posições. São dois aspectos que se completam na luta pela emancipação nacional e o desenvolvimento independente do país. Enquanto um se relaciona com a defesa, o outro se identifica com a ofensiva. Isso exige do movimento nacionalista que ele se caracterize, ao mesmo tempo, por uma severa vigilância e um aguçado espírito de iniciativa. A vigilância é necessária porque se desse modo será possível surpreender e anular oportunamente as tentativas dos monopólios estrangeiros e seus agentes, contra as posições que foram ganhas pelos nacionalistas. Por sua vez, se abandonar a iniciativa e entregá-la ao inimigo, o movimento nacionalista se verá na impossibilidade de alcançar novas posições, as suas forças não crescerão e, em consequência, o movimento marcará passo.

Não se trata aqui de um problema secundário ou de interesse apenas teórico. Ao contrário, é um problema de relevante significação política e prática para o movimento nacionalista. O governo do sr. Juscelino Kubitschek se caracteriza, antes de tudo, por sua heterogeneidade. Não coexistem, em postos-chave, tanta representantes das forças nacionalistas como os defensores de interesses alienígenas, os entreguistas. Como é compreensível, trava-se entre essas forças, no seio do governo, permanentemente, uma luta dia a dia mais acirrada. Os imperialistas, ao tempo em que se esforçam por arrebatá-las a nação posições como o monopólio estatal do petróleo, empreendimentos investidas em outras frentes (reforma cambial, Plano de Estabilização Monetária, etc.), visando aprofundar a sua penetração em nossa vida econômica e política, obter lucros crescentes e criar obstáculos ao movimento pela emancipação nacional. Recorrem para isso tanto à pressão externa (ameaças, aviltamento de preço dos nossos produtos de exportação, etc.) como a manobras para impedir a colação de homens de sua estreita confiança em postos governamentais decisivos, onde tenham a possibilidade de tornar oficial a política que convêm aos trustes. O Fundo Monetário Internacional, por exemplo, condiciona qualquer concessão de crédito ao Brasil à permanência, no Ministério da Fazenda e outras repartições responsáveis pela direção da economia brasileira, de entreguistas incondicionais, tipo Eugênio Gudin ou Lucas Lopes e Roberto Campos.

O governo Kubitschek é, assim, sensível quer à pressão dos monopólios imperialistas e seus entreguistas, quer à pressão das forças nacionais e do movimento nacionalista. Segundo se fazem sentir com mais força as pressões de um ou de outro lado, variarão as tendências do governo no sentido do nacionalismo ou da entreguismo. Nos últimos meses, cedendo às exigências dos trustes em muitos aspectos, o governo Kubitschek se inclina para uma orientação contrária aos interesses nacionais, aceitando e convertendo em atos oficiais as teses abertamente entreguistas de Lucas Lopes, Roberto Campos e Garrida Torres. É claro que se se sentirem sólidos em suas antigas posições ou conseguirem obter posições novas, os entreguistas poderão mais à vontade tentar outros avanços.

A pressão das forças nacionalistas sobre o governo não deve ser exercida, portanto, somente no sentido de defender o que já foi obtido. Ao lado disso, é necessário que os setores patrióticos tomem a iniciativa, visando retirar aos imperialistas privilégios de que hoje desfrutam e, assim, debilitar as suas forças. É o caso da luta pela cessação de favores cambiais às empresas estrangeiras ou pela regulamentação das remessas de lucros para o exterior. Ali estão apenas dois exemplos, de entrete outros. Mas esses problemas são muito numerosos, variando inclusive de região para região do país. Eles podem e devem ser levantados desde que estejam amadurecidos.

O movimento nacionalista se fortalecerá, enfim, na medida em que saiba consolidar os êxitos já alcançados, desalojar os imperialistas de postos-chave que se encontraram em suas mãos e conquistar sempre novas posições.

GREVE...

(Conclusão da 5ª página) Quanto aos ferroviários da Leopoldina, além do abono rem obrigados a recorrer à greve pelo não pagamento do abono de 30%, até o dia 12 do corrente mês.

TAMBÉM OS FERROVIÁRIOS E OS ESTIVADORES Possibilidades de greve também há quanto aos estivadores e ferroviários.

Os primeiros, cerca de 70 mil trabalhadores pertencentes a 54 sindicatos de todo o país, tendo à frente a sua Federação Nacional, lutam por 57% de aumento nos salários. A Comissão de Marinha Mercante está estudando o assunto, mas o prazo dado esgotou-se a 27 do mês passado sem que fosse dada solução ao problema. Diante disso há descontentamento dos trabalhadores que se preparam para a greve.

Quanto aos ferroviários da Leopoldina, além do abono rem obrigados a recorrer à greve pelo não pagamento do abono de 30%, até o dia 12 do corrente mês. Segundo um direito que figura no regulamento da ferrovia, o salário mínimo dos servidores de toda a Estrada deve ser pago de acordo com o mais alto nível da tabela. Mas o senhor Renato Feio, diretor da Rede Ferroviária Federal, determinou que o salário mínimo seja pago aos ferroviários de conformidade com o nível estabelecido para as regiões em que os mesmos estejam executando serviços. O Sindicato está expedindo instruções para que nenhum ferroviário aceite salários inferiores a seis mil cruzeiros, e que em tais casos protestem enérgicamente, chegando até à paralisação do trabalho.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

"Precisamente nesta curiosa empresa eu passei sete anos de aprendizagem, considerando sempre estes anos como os mais infelizes da minha vida. Se bem que as máquinas não fossem muito altas, eu não as podia alcançar devido à minha altura. A solução que eu encontrava foi: entrear-me um par de sapatos altos de madeira, que eu amarrava aos meus pés de criança, arrastando-os até que eu crescesse à medida necessária. Entretanto, meu trabalho e o tratamento que recebia e cujos sinais eu guardo em meu corpo, até hoje".

Em estes termos que conta o que foi a sua infância na cidade de Derby, um operário que trabalhou muitos anos na fábrica dos irmãos Lomb. Com efeito era particularmente penosa a situação das crianças inglesas, numa época em que não existia ainda qualquer espécie de legislação trabalhista, e não existia precisamente porque a classe operária ainda não havia

empreendido o longo caminho de lutas para conquistá-la... Era comum então contar-se as crianças de 6 e 7 anos aos párocos, para que pelas crianças fossem frequentemente, estes as entregavam aos industriais para utilizá-las em suas fábricas. As jornadas de trabalho se estendiam por 14, 15, 16 horas e ainda assim os relógios das fábricas eram alterados pelos patrões, a fim de prolongá-las. Uma enorme variedade de processos — que iam desde as multas, os descontos arbitrários nos salários, o pagamento com gêneros alimentícios deteriorados e muitos outros — eram usados pelos donos de fábricas deste incipiente capitalismo para explorar os operários.

E que dizer dos bairros onde habitavam os trabalhadores, ainda mais numa época em que as noções de higiene eram extremamente rudimentares? Em Londres, Manchester e outros centros industriais espanhavam-se outras tantas cidades imundas, um mar de case-

bres, as ruas cortadas por valas imundas onde se lançava toda espécie de detritos e que constituam o clima ideal para grassarem terríveis epidemias que dizimavam em massa os trabalhadores e suas famílias.

E claro que os operários, tanto mais quanto muitos deles, vindos do campo, não es-

tavam acostumados àquela situação inumana, protestavam e se insurgiam contra tal estado de coisas. Por isso, não tardaram a surgir os pensadores burgueses que procuravam convencer os operários a sujeitarem-se àquela situação, pois, diziam, era irremediável, ditada pela própria natureza. Um deles, o mais célebre, foi o sacerdote inglês Thomas Robert Malthus. No seu livro "Ensaio sobre o princípio da população", aparecido em 1798, Malthus expõe uma série de ideias verdadeiramente monstruosas. Afirma que a população cresce muito mais depressa do que os meios para sua subsistência e que isto era uma lei natural, irrevogável. E desta falsa premissa partia para pintar todo um quadro que Karl Marx classificaria, mais tarde, de concepção de canibais. Pois, segundo Malthus, a pauperização das massas populares era consequência de causas naturais — e não de defeitos do regime capitalista. Entretanto, diziam ele e seus seguidores, era necessário tomar medidas de proteção aos trabalhadores. E quais? Obter do governo leis proibindo os operários de se casarem, pois assim não teriam necessidade de sustentar filhos... Isso, porém, não impediria que o próprio Malthus tivesse nada menos de onze filhos... Ainda segundo Malthus, as guerras e as epidemias eram necessárias para reduzir a população e eliminar aqueles aos quais "a natureza negara um lugar à mesa". (Curioso é que ainda hoje, apesar de amplamente comprovada a falsidade da teoria de Malthus, haja alguém capaz de espumar as mesmas ideias, exatamente com o mesmo fim de convencer os trabalhadores a se conformarem com os vícios do capitalismo, aceitando-os como uma imposição natural...)

Os fatos, porém, mostraram que os trabalhadores não se deixaram influenciar por tais

teorias. E em vez de se resignarem a vida miserável que levavam, passaram à luta. Os primeiros movimentos dos trabalhadores tiveram um caráter espontâneo e também ingenuo. Não sendo ainda capazes de identificar os responsáveis por suas desgraças, atribuíram todo o sofrimento por que passavam às máquinas.

Supunham que fosse o advento da máquina, o fato de que esta substituiu os instrumentos individuais de trabalho, a fonte de todas as suas desgraças. E, então, voltaram-se contra as máquinas, danificando-as, destruindo-as. Tais protestos vão assumindo mais e mais um caráter geral e por toda a Inglaterra surgem os destruidores de máquinas. Em multidões enfurecidas, os operários destruíam as máquinas, as fábricas, incendiavam os depósitos de matérias-primas e mercadorias. A primeira fábrica destruída foi a da Arkwright, precisamente a que primeiro surgira. Em várias regiões da Inglaterra, o movimento assume o caráter de verdadeiras guerras entre os operários e os donos de fábricas, que tinham a seu lado os latifundiários, fornecedores de matérias-primas.

Este movimento ingenuo de protesto dos trabalhadores contra as máquinas numa fase em que os operários ainda não se tinham dado conta de que o mal não estava na máquina, porém no fato de que ela era usada como meio de exploração pelos capitalistas — e conhecido na história do movimento operário internacional como movimento ludista. Isto porque, segundo corria na Inglaterra, um dos seus iniciadores foi um operário chamado Nat Ludé.

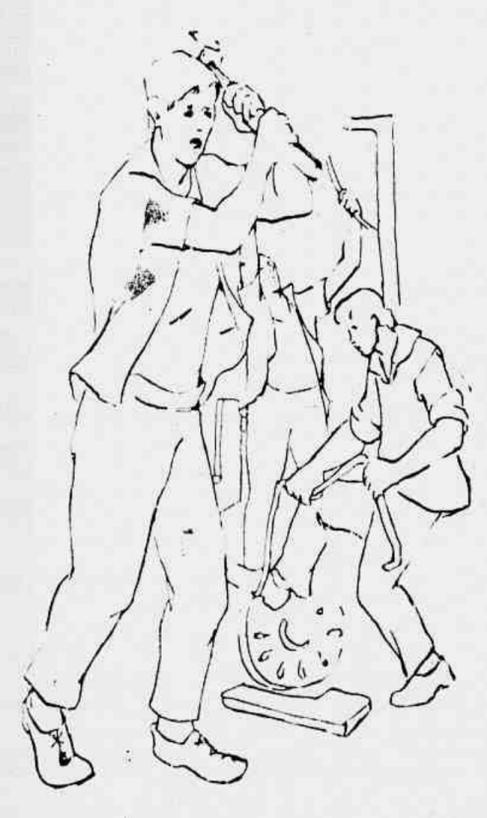
Entretanto, a burguesia, que vinha ganhando rios de dinheiro, tratou de mimir-se dos instrumentos para fazer face a esses protestos. Em 1811-1812 o Parlamento aprovou leis terríveis, punindo com a pena de morte, ou longos períodos de detenção, os participantes do movimento ludista. E de tal forma foi desencadeada a repressão que em 1816 praticamente estava esmagado o movimento ludista.

Ao lado das destruições de máquinas, porém, os operários recorriram a outras moda-

lidades de luta contra os patrões. Nos fins do século XVIII surgem as primeiras greves na Inglaterra, durante as quais aparecem germes de organização dos trabalhadores. Passado algum tempo, aparecem os comitês de greve, que já são elementos de luta organizada. A princípio, os comitês só existem durante as greves

mesmas, dirigindo-as. Pouco a pouco, entretanto, vão se transformando em organizações permanentes, as "trade unions", ou sindicatos, que por essa época ainda se parecem muito a clubes operários; além de dirigir os movimentos reivindicatórios da classe operária, também se dedicavam à atividade cultural e recreativa.

Para os industriais ingleses, os sindicatos não constituíam um perigo menor que as explosões dos ludistas. Em 1799, tentando "ortar o mal pela raiz", a assustada burguesia inglesa exigiu e obteve do Parlamento uma lei proibindo a existência e a organização das "trade-unions" e castigando com severas penas de prisão quem se dedicasse àquela atividade subversiva...



NOTAS SOBRE LIVROS

A reforma da Ordem dos Advogados do Brasil é assunto que tem feito correr muita tinta...

Tive ocasião de passar a vista no Projeto que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil...

O Dr. Milton Campos reconhece em parte o perigo de semelhante rigidez corporativista...

Comentando o Parecer do Dr. Milton Campos, o Dr. Edgar de Toledo volta à carga na defesa das liberdades democráticas...

É precisamente neste particular — naquilo que contém em si as franquias democráticas exaraladas na Constituição da República — que a matéria em questão excede os limites da agremiação profissional...

ASTROJILDO PEREIRA

pelo Ministério da Educação e Cultura. Consta este número de conferências...

O Prof. Vandik L. da Nóbrega, que em fins do ano último esteve na Alemanha...

Os dados estatísticos sobre a produção de livros no período compreendido entre 1956-1957...

Devemos fazer uma pequena retificação nessa nota do Prof. Nóbrega...

Convém também anotar os números relativos à quantidade de volumes editados...

CINEMA ARTE DO SÉCULO

AS DUAS

FACES DA MEDALHA

e ratos. Que vos importa que chova ou não chova?

— Senhor meu, disse-me um espartilheiro, eu sou grato e todos os nossos os são...

Foi interrompido pelo galo, que bateu as asas...

— Pela minha parte não é a chuva que me aborrece...

Não lhe dei ouvidos. Pude ver o elefante enroscando a tromba no surucucu...

Quando lhe perguntam pelos avos, observo o crocodilo, costuma responder que eles foram os mais belos crocodilos do mundo...

Tendo nascido, concluiu a lagartixa, tendo nascido na mais humilde fenda de parede...

— Quando lhe perguntam pelos avos, observo o crocodilo, costuma responder que eles foram os mais belos crocodilos do mundo...

O filme não é só diversão ou ficção. Desde seus primórdios, a sétima arte tem registrado os bons e maus momentos por que passa a humanidade...

Pelo seu caráter visual e auditivo o cinema mais do que a literatura, o teatro, o rádio e até o momento, a televisão, influi diretamente na maneira de pensar (ou de ver)...

Sabia película produzida em 1955 pela organização Rault, ao tratar do gaitinho Mau-Mau na região de Quênia...



BARÃO DE ITARARÉ

NOVOS TEMPOS * NOVOS RUMOS

Pontos Culminantes

Ora, afinal, caríssimos membros do Conselho de sentença, era o velho Lavoisier, com sua cabeleira postiza, quem tinha razão: na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma.

Até a geografia, que estuda a terra firme em que pisamos, até a geografia, que parecia imutável, também se modifica.

O ponto mais alto do Brasil já foi o pico de Itatiaia. Agora dizem que é o pico da Bandeira, no Espírito Santo.

O ponto culminante de São Paulo era o morro de Jaraguá. Agora verificaram que há outro mais elevado, que é o pico de Marins, cuja altura é muito fácil de se gravar na memória...

A estação de Cruzeiro, que fica situada no município paulista do mesmo nome, era, para os viajantes da Estrada de Ferro Central do Brasil, o ponto de referência, que indicava a metade da jornada entre as estações de D. Pedro II e Presidente Roosevelt...

Mas a triste verdade é que, no frio das ovas, nem Marins, nem Jaraguá, nem Itatiaia, nem Bandeira são pontos culminantes da nossa terra, porque acima de todos, atualmente, dominando não só o Brasil, mas toda a América Latina, está pairando como um ponto de admiração e de dolorosa interrogação, o celeberrimo Ponto 4 dos norte-americanos.

AVISO AOS NAVEGANTES * FAROL APAGADO

Conversa puxa conversa... E, por falar em cruzeiro, é interessante lembrar que, antigamente, não só os brasileiros, mas todos os habitantes do hemisfério Sul, se guiavam pelo Cruzeiro. O cruzeiro era a bússola, era o farol que os orientava...

A Vassoura Ultrapassada

Jânio sabe que todo demagogo, com mania de vassoura, acaba doido varrido... O povo de S. Paulo viu a sujeira que ele fez com a vassoura. Varreu os pequenos e escovou os grandes. Vassoura dura, de piaçaba, para os humildes; e escovacia para tirar a caspa da própria gola e afastar os fiapos do casaco dos magnatas.

NOVOS GOLPES — NOVA TÉCNICA

Agora, Jânio vai mudar de técnica, que esse truque da vassoura já está manjado. Para endireitar o Brasil, a vassoura já não serve, a vassoura já não basta. O Brasil atual reclama lixa grossa. E é claro que precisa. Mas lixar o que? A quem? E para quem?

Ah! Isso o malandro não diz... E, para não ser forçado a falar, ausentou-se... Vai para o Japão...

Que vai fazer no Japão? Ora, amigos, não procuremos longe o que está perto... Não busquemos no Extremo Oriente, lá do outro lado do mundo, o que está em S. Paulo, diante do nosso nariz... O Extremo Oriente entra nessa história unicamente para nos deixar extremamente desorientados.

REGISTRO

A Editorial Vitória já pôs à venda o anunciado romance de Dalcídio Jurandir — Linka do Parque. É um livro volume de 350 páginas, em que se fala de lutas, dramas, lendas do Rio Grande, o velho porto do Extremo Sul. A apresentação gráfica é magnífica, devendo ser levada a crédito, com os melhores parabéns, da Editorial Vitória.

Outro lançamento editorial da maior importância literária, que devemos desde logo louvar sem restrições, é do 1.º volume das

Obras Críticas de Araripe Júnior, correspondendo aos anos de 1868-1887. A este volume seguiu-se o segundo e um último que contém além dos índices remissivos, uma ampla estuda sobre o grande crítico, a cargo do Prof. Afrânio Coutinho, diretor da edição. O longo trabalho de busca em jornais e revistas, nos quais Araripe Júnior espalhou o seu vasto labor de crítica literária, foi realizado pelo Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, que incluiu a obra em sua Coleção de Textos da Língua Portuguesa Moderna.

Éis uma iniciativa cultural digna de todos os louvores.

Está publicado no n.º 6 do Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, do Recife, editado

grandes cabelos louros. Brotaram as ervas. As flores delataram aromas capitosos. Enxerto pensava, ia fe-

havia noiteia nem fim, ficaram desconsolados. — Mas que diabo vos importa um dia mais ou menos

O DILÚVIO

MACHADO DE ASSIS

Quando a janela da arca e tornei depois aos animais que trouxera comigo, à imitação de Noé. Todos eles aguardavam notícias do fim. Quando souberam que não

de chuva? — perguntel-lhes. Vocês aqui estão comigo, dou-lhes tudo; além da minha conversação, vivéis em paz, ainda os que são inimigos, lobos e cordeiros, gatos



— Tendo nascido, concluiu a lagartixa, tendo nascido na mais humilde fenda de parede, como eu... Crocodilo de bobagem!

— Notai que ele fala muito do lótus e do nenúfar, e refere casos do hipopotamo, para enganar os outros, mas confunde Cleópatra com o Quêdya e as antigas dinastias com o governo inglês...

Tudo isso era dito sem que o lagarto fizesse caso. Ao contrário, parecia fir, e costava a parede da arca, a ver se achava algum calor de sol. Era então sexta-feira, a tardinha. Pareceu-me ver por uma fresta uma linha azul. Chamel uma pomba e soltei-a pela janela da arca. Nisto cheguei o burro, com uma fôrca pousada na cabeça, entre as orelhas. Vinha pedir-me, em nome das outras almurias, que as soltasse, qualquer que fosse o risco. Falou-me teso e quieto, não tanto pela circunspeção da raça, como pelo medo, que me confessou, de ver fugir-lhe a água, se mexesse muito a cabeça. E dizendo-lhe eu que acabava de soltar a pomba, agradeceram-me e foi andando. Pelas dez horas da noite, voltou a pomba com uma flor no bico. Era o primeiro sinal de que as águas iam descendo.

— As águas são ainda grandes, disse-me a pomba, mas parece que foram maiores. Esta flor não foi colhida de erva, mas atirada pela janela fora de uma arca, cheia de homens, porque há muitas arcas boiando. Esta de que falo deitou fora uma porção de flores, colhi esta que não é das menos lindas.

Examinei a flor; era de retorica. Nenhum dos animais conhecia tal planta. Expliquei-lhes que era uma flor de estufa, produto da arte humana, que ficava entre a flor de pato e a da campina. Há de haver alguma academia aí perto, conclui, academia ou parlamento.

Entem, sobre a madrugada, tornei a abrir a janela e soltei outra vez a pomba, dizendo nos outros que, se não tornasse, era sinal de que as águas estavam inteiramente acabadas. Não voltando até o meio-dia, abri tudo, portas e janelas, e despejei toda aquela criação neste mundo. Desisto de descrever a alergia geral. As borboletas e as aranhas iam dançando a tarantela, a vitória adornava o pescoço do cão, a gazela e o urubu, de asa e braço dados, voavam e saltavam ao mesmo tempo... Viva o dilúvio! e viva o sol!

CAPITAL VAI PARA BRASÍLIA: QUE SERÁ DO RIO?

Ninguém sabe, a começar por JK — Duas comissões (uma do Catete, outra do Congresso) continuam «estudando o problema»... — Mas, há quem considere a intervenção federal como a melhor solução — A UDN e os preciosismos jurídicos — Afinal, é a autonomia, uma vez mais, que está em jogo

Reportagem de JOSÉ DO RIO

O que será desta cidade, a partir de 21 de abril de 1960? Por incrível que pareça, ninguém sabe. A começar por JK. Com efeito, enquanto se discute no Congresso e nos jornais, nas repartições públicas e nos trens da Central se a capital se mudará mesmo para Brasília, um outro problema, pelo menos tão importante, permanece na sombra — o da autonomia do Distrito Federal. De certo, só há uma coisa: a lei que transfere para Brasília a capital da República e que transforma o Distrito Federal em Estado da Guanabara. Entretanto, à medida que caminham as folhas do calendário e aquela data fica mais próxima, menos se sabe como será tal Estado. Pode parecer absurdo, mas é a pura verdade.

DIREITO NEGADO

É dito e sabido que o povo do Distrito Federal é, provavelmente, o mais educado politicamente, em todo o Brasil, o que, de resto, se explica e se compreende atentando-se para o fato de ser esta cidade, desde 1763, capital do Brasil. Entretanto — e certamente por isto mesmo — são os habitantes do Rio de Janeiro, em todo o país, os que menos direitos políticos possuem. Efetivamente, dos mais de dois mil e quinhentos municípios brasileiros, só no Distrito Federal os governantes locais não são eleitos pelo povo, mas nomeados pelo presidente da República. Além, na realidade, a população carioca jamais pôde escolher seus governantes, mediante o sufrágio universal direto e secreto. Mesmo Pedro Ernesto, inequivocamente o melhor administrador que os cariocas já conheceram, foi eleito, indiretamente, pela Câmara Municipal. As consequências que isto encerra são conhecidas: o Rio tem sido transformado pelo Poder Executivo federal, em centro de empregos, sinecuras e negócios escusos, como compensação para cambalhões políticos.

Não se deve supor que o povo carioca se concilia com esta situação. Para não recuar muito no tempo, basta mencionar as campanhas pela autonomia do Distrito desde 1946, quando da elaboração da atual Constituição. Partidos, organizações cívicas e patrióticas, sociais e esportivas, políticos têm-se dedicado à luta pelo que também é chamado de libertação da terra carioca. Em abril de 1956, reuniu-se nesta cidade o II Congresso Pró-Autonomia

Reivindicações do Povo Carioca, provavelmente a mais expressiva e militante manifestação pró-autonomia que registra a história da cidade.

COMPROMISSO DE JK

Em 1955, começaram a proliferar pelos quatro cantos da cidade os clubes JK. Ainda na campanha eleitoral, um dos Jotas — o K — assumiu com o povo carioca um compromisso: se eleito, concederia a autonomia do Distrito Federal, que a Constituição de 46 negara também a outras cidades. Foi eleito. E, possivelmente, em consequência, a emenda constitucional n. 2 de autoria do ex-senador Mozart Lago, teve seu andamento apressado. Afinal, sob a benfazeja influência dos acontecimentos de novembro de 1955, saiu vitoriosa do Senado. Significava que o povo havia conquistado sua antiga aspiração e a 5 de outubro de 1960 deverá ser eleito o primeiro prefeito da cidade.

MAS...

Se o Distrito Federal passa a ser o Estado da Guanabara, não há aí somente um problema de palavras. Outras providências são necessárias: impõem-se leis fixando data para eleição dos deputados constituintes (já que o Estado terá sua própria Constituição). E essas leis ainda não existem.

Para solucionar o problema, o govêr. no nomeou uma comissão, que até esta data não disse para que foi criada. Presidente o atual deputado San Tiago Dantas, que, além de não ser do Rio (nem de Niterói), não possui um passado que o recomende especialmente para encontrar uma solução democrática.

Pior, porém, foi uma recente declaração do sr. Cirilo Júnior, ministro da Justiça. Disse ele, simplesmente, que a melhor solução para o caso é a intervenção federal, após a transmigração para Brasília... A tempestade de protestos que essas palavras suscitaram levou a um recuo por parte do ministro que não chegou, porém, a constituir uma retratação, mas é, antes, um des-

istamento: não era bem isto o que eu queria dizer. O que era, ele não disse.

A POSIÇÃO DA UDN

Hoje, como em 1946, é a mesma a posição da UDN em relação ao problema. Quando era elaborada a Constituição e os comunistas, então com seu partido na legalidade, com Prestes e mais quinze deputados na Constituinte, faziam até campanha de rua pela autonomia. A UDN se limitava a recriar uma extemporânea agitação, pois, dizia o problema estava resolvido. Enquanto isto, fazia, ela própria, sua política, entrando em embatidos com o govêr. das quais suas vestais tiravam pequenas (e às vezes grandes) vantagens. Resultado: a Constituição de 46 negou a autonomia.

Hoje, a história se repete, como vemos a seguir. O deputado João Machado (PTB-DF), apresentou à comissão mista de deputados e senadores, que o Congresso organizou para examinar o problema, um projeto estabelecendo a realização de eleições para governador, vice-governador e deputados (com função constituinte) para janeiro de 1960. Tal projeto viria solucionar por inteiro a questão, pois quando a capital fosse mudada, em 21 de abril, já o Distrito estaria com sua situação definida. E, por isto, a solução tem o apoio de diversas forças políticas do Distrito, entre elas as forças progressistas.

Eis que, porém, a UDN, que não pode aspirar a eleger os governantes da cidade, já que seria extremamente improvável uma composição que a favorecesse, recorre de novo à chicana. Pela voz de dois dos seus juristas — o senador João Villas-Bôas e o deputado Adauto Lucas Cardoso — manifesta-se contra o projeto João Machado, afirmando que ele só poderia transformar-se em lei mediante emenda constitucional. Ora, que quer isto dizer? Que são necessários os votos de dois terços do Congresso (Senado e Câmara reunidos) para que a 21 de abril de 1960 o Distrito Federal esteja em condições de andar com seus próprios pés. A pensão marcha da emenda constitucional n.

2, que levou anos e passou por tantas vicissitudes antes de ser lei, mostra que o caminho indicado pela UDN não seria percorrido antes de consumada a intervenção federal com que o sr. Cirilo Júnior ameaçou.

E neste pé se encontra a questão. Como ontem, não será surpresa que também agora a UDN queime todos os cartuchos para ver isto signifique a intervenção federal, o que sem dúvida lhe proporcionaria oportunidade para sua costumeira agitação política. Entretanto, é pouco provável que o povo carioca, que já obteve a sua autonomia, abra mão dessa conquista. E, enfim, o problema está pôsto e não mais poderá permanecer na sombra, mesmo tendo em conta que as eleições presidenciais de 1960 ocuparão o centro das atenções.

FUNDIR OU NÃO

Paralelamente ao problema do estatuto do futuro Estado da Guanabara, uma outra questão entra em debate: a fusão, ou não, do Distrito Federal com o Estado do Rio, ou, ainda, o da incorporação de municípios fluminenses ao Estado da Guanabara. Pronunciamentos nos dois sentidos se têm verificado, devidamente calçados por argumentos ponderáveis. Entretanto, também essa unanimidade que ainda não existe poderá ser atenuada depois que a nova carioca tenha eleito os seus governantes. Não há, tampouco, nenhum inconveniente em que a solução para este problema seja encontrada depois de organizado o Estado da Guanabara. Ao contrário, tratar agora deste problema significa, em realidade, prolongar a situação de intervenção federal no Distrito, pois que a fusão com o Estado do Rio ou a incorporação de municípios fluminenses imediata reformaria a Constituição e consequentemente, em prolongar o atual estado de coisas, em que os cariocas estão privados do uso do direito de eleger seus dirigentes.

Assim, pois, mais uma vez, está nas mãos das forças políticas, do povo do Distrito Federal a causa da autonomia desta cidade. Que ela precise ser defendida com energia, não haveria outra necessidade de demonstrá-lo além das mencionadas declarações do sr. Cirilo Júnior.

Conferências de Gabriel Passos

A 21 de fevereiro, em Birigul, Estado de São Paulo, no auditório da Rádio Clube, e a 22 em Aracatuba, o deputado Gabriel Passos pronunciou conferências sobre os problemas enfrentados atualmente pelos nacionalistas, abordando em linhas gerais a situação econômica e financeira do país. O sr. Gabriel Passos tratou da questão do petróleo, das áreas monásticas e outras riquezas naturais exploradas ou cobçadas pelos imperialistas. Em relação ao petróleo, defendeu a política do monopólio estatal, deslizando, com argumentos irrefutáveis, as teses contrárias. Manifestou-se o deputado mineiro contra o Acórdão de Borobó, lesivo — disse — tanto aos interesses dos bolivianos como dos brasileiros. Afirmou o sr. Gabriel Passos que se esse acórdão, à época em que foi concluído, tivesse ido à sanção do Congresso não teria sido aprovado. Concluiu referindo-se às lutas que se aproximam no parlamento em defesa das posições dos nacionalistas, agora que a bancada da Frente Nacionalista, depois das eleições de 3 de outubro, se reforçou consideravelmente. A mesma linha de idéias — disse — é preciso manter para fazer marchar qualquer projeto ou lei tendente a alcançar os objetivos visados pelos nacionalistas, em defesa da independência nacional, da libertação econômica do Brasil.

Nas fotos vemos parte da assistência à conferência de Aracatuba e o deputado Gabriel Passos no auditório da Rádio Clube de Birigul.

Olhando Para o Futuro

(Conclusão da 7.ª página)

Índia, deduzem, como fato inevitável, que a aproximação mesma do capitalismo às velhas sociedades e civilizações asiáticas, terá um êxito oposto àquele que os dominadores esperam. As energias produtivas e criadoras dos povos despertarão, e também, o domínio colonial deverá ruir. Mas, da Índia, o quadro se estende a toda a Ásia e a todo o futuro da humanidade:

"A Inglaterra, — escreve Marx (O domínio britânico da Índia. New York Tribune de 25 de junho de 1853) — é certo, foi impedida a provocar uma revolução social no Indostão pelos interesses mais sordidos, e realizou esta revolução do modo mais insensato. Mas não é esta a questão. A questão é se a humanidade pode realizar seus próprios destinos sem uma revolução radical na situação social da Ásia. Se não o pode, por grande que tenha sido o delito da Inglaterra... esta foi o instrumento inconsciente da história".

E também sobre a "revolução" realizada pela Inglaterra, introduzindo na economia indiana as relações capitalistas, o juízo é amplo, preciso, tal que abre toda uma nova perspectiva da história: "Tudo o que a burguesia inglesa será forçada a fazer não conduzirá nem à libertação, nem ao melhoramento material da situação social da massa do povo, a qual depende não só do desenvolvimento das forças produtivas, mas também da propriedade delas por parte do

povo. Mas, o que isto não poderá deixar de fazer é criar as premissas para ambas estas coisas. Terá, talvez, jamais, a burguesia feito tanto? Realizou ela, em qualquer tempo, algum progresso sem lançar os indivíduos e os povos no sangue e na lama, na miséria e na degradação? (Os futuros resultados do domínio britânico na Índia. New York Tribune, de 8 de agosto de 1853).

Cerca de trinta anos depois, as análises e previsões de Engels são ainda mais completas. As chamadas colônias de população se libertarão todas. A Índia, a Argélia, o Egito farão a revolução contra as metrópoles dominantes, mesmo que esta já devesse ser dirigida pelo proletariado. Ainda não se podem fazer hipóteses sobre o modo como chegarão à organização socialista os países atrasados habitados por indígenas. Certo é, porém, de um lado, que o proletariado vitorioso "não pode impor a nenhum povo estrangeiro nenhum gênero de felicidade"; mas é também certo, de outra parte, que a reorganização socialista de uma série de países "criará uma força de tal modo colossal e dará um tal exemplo, que arrastará os países semicivilizados" (Carta a Kautski de 12 de setembro de 1882).

Desenvolvido o marxismo com a definição da nova fase imperialista e das suas características, é Lenin que chega à compreensão e indicação do que aconteceu nestes últimos anos. Em 1920,

quando ele pronuncia seu discurso ante o II Congresso da Internacional Comunista, a cadeia do imperialismo já está despedaçada pela vitoriosa Revolução de Outubro, mas o imperialismo estende ainda o seu domínio brutal sobre a grande maioria da sociedade humana. Menos de 30 anos depois, o quadro já é o reverso. Realizou-se uma das grandes reviravoltas que a história conhece. Está livre da sujeição ao imperialismo quase toda a Ásia, começa o processo de libertação da África e da América do Sul. Alguns dos velhos países imperialistas começam a assemelhar-se a fortalezas assediadas, onde a guarnição emprega todas as suas energias para manter posições que já não podem ser defendidas. Daqui descortinamos o desânimo que somente impele às frivolidades e ao delírio os ideólogos de um mundo que está próximo do crepúsculo. Chegamos a um momento em que todos os povos e todos os seres humanos exigem igual parcela de liberdade e de bem-estar. E tanto melhor se os chineses são 600 milhões e 400 milhões os indianos, e assim por diante. O fim da escravidão colonial deverá estar unido, sob o aguilhão da necessidade objetiva de um lado, e da nova consciência que surgiu nestas massas infinitas de homens, à reorganização de toda a ordem social, ao fim, juntamente com o colonialismo, do regime da exploração.

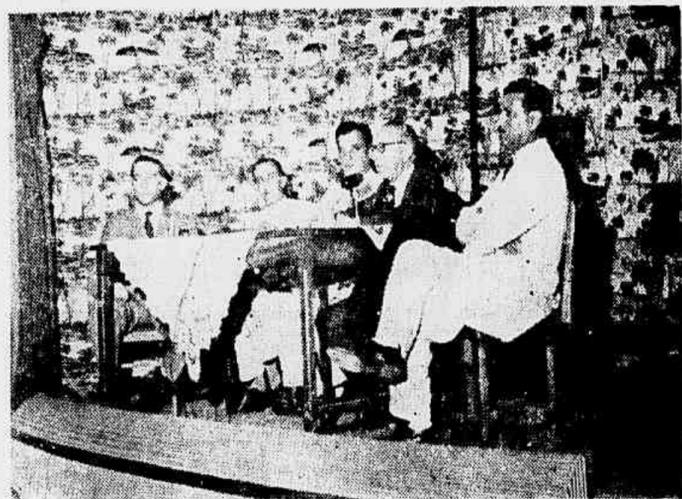
Também por este motivo luta a classe operária para pôr fim à explora-

ção capitalista, e os povos que sacudiram ou combatem por sacudir o jugo colonial, são aliados naturais, por um complexo de circunstâncias objetivas, que é a trama sobre a qual está sendo tecida a história hodierna do mundo. O conceito desta aliança, já precisado por Lenin e que alguns querem entender apenas como uma concordância no golpear, para rompê-la, uma só cadeia, assume e cada vez mais assumirá nos anos vindouros, um conteúdo positivo e construtivo. Olhando para o futuro, nós vislumbramos, já agora, o surgimento de uma vasta fraternidade de nações, de povos, de raças que, libertos dos cárceres do imperialismo, avancam no sentido do socialismo.

Violências Policiais em Brasília

BRASÍLIA (Do Correspondente) — A polícia daqui se entregou a conde náveis e inexplicáveis violências, fazendo inúmeras vítimas. Entre estas está o sr. Francisco Rabelo que, por motivo ignorado, foi atacado por um policial que o atingiu com quatro tiros de revólver.

É grave o estado de Francisco Rabelo, que se encontra hospitalizado. Seu corpo está todo inchado em virtude dos ferimentos recebidos.



"Tesis del informe de N. Jruschov al XXI Congreso del Partido Comunista de la Unión Soviética"

Preço: Cr\$ 10,00

A venda na

Editorial VITÓRIA Ltda.

RUA JUAN PABLO DUARTE, 50-SOB.
RIO DE JANEIRO

Fala Prestes...

(Conclusão da 1ª página)

Lucas Lopes e a política econômico-financeira entreguista e antipopular que este formula e realiza. Jânio Quadros seria, na realidade, o continuador dos piores aspectos da política do atual governo. No momento, sua candidatura representa uma ameaça contra a qual devem unir-se todas as correntes nacionalistas e populares.

JURACI E A MANOBRA DA «PACIFICAÇÃO»

Opinando sobre as demarches para uma candidatura comum do PSD e da UDN, acrescentou o entrevistado:

— A candidatura capaz de opor-se à do sr. Jânio Quadros e de receber o apoio das forças nacionalistas e democráticas não pode sair de uma «pacificação» do PSD e da UDN, com base na atual política realizada pelo governo. Os srs. Juraci Magalhães e Magalhães Pinto tentam aplicar o esquema «realista» do seu grupo e procuram chegar ao poder através do acordo com o partido majoritário. Os elementos dominantes no PSD, por sua vez, levando em consideração o desgaste sofrido pelo governo e a ameaça da candidatura Jânio Quadros, não excluem a hipótese de uma aliança com os udenistas para continuar a usufruir as vantagens do poder.

— Essa manobra — acrescentou Prestes — dificilmente poderá ter êxito, porque o povo não aceitará nenhum candidato comprometido com a política de carestia e entreguismo que vem predominando nas esferas governamentais.

ADVERTÊNCIAS A LOTT E JANGO

Solicitamos a Prestes que falasse sobre a possibilidade das candidaturas do marechal Lott e do sr. João Goulart, ou das duas conjuntamente.

— Alguns círculos nacionalistas e forças políticas populares vêm se referindo aos nomes do marechal Lott e do vice-presidente Goulart como possíveis candidatos. São, inequivocamente, homens de prestígio popular e que gozam de conceito entre as forças nacionalistas. Entretanto, é preciso levar em conta que as medidas governamentais entreguistas e antipopulares afetam não só o prestígio do governo,

em seu conjunto, como o das personalidades que o integram.

— Será conveniente para o sr. João Goulart, presidente de um partido ligado aos trabalhadores, aparecer conivente com a política de carestia desenfreada que o atual governo realiza sob a inspiração de Lucas Lopes? — indagou Prestes. E acrescentou:

— Poderá o marechal Lott, em quem depositam esperanças as correntes nacionalistas, ser o candidato de um governo onde pontifica Roberto Campos, inimigo jurado da Petrobrás?

Concluindo seu pensamento sobre esta questão, aduziu o líder comunista:

— Os patriotas que ocupam postos governamentais não podem omitir-se nem permitir que o governo continue, com atos impopulares e antinacionalistas, a preparar terreno para o demagogo entreguista Jânio Quadros.

A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS

Finalizando suas declarações, Prestes resumiu como se segue a posição dos comunistas na fase atual do problema sucessório:

— Os comunistas consideram necessária a união das forças nacionalistas de dentro e de fora do governo, dos setores nacionalistas e democráticos do parlamento e dos partidos, num esforço conjunto para conseguir a mudança nos rumos da política do governo. Com a pressão das massas e das correntes nacionalistas, é possível obrigar o governo a alijar de seu seio os elementos entreguistas, os Lucas Lopes e Roberto Campos, e abandonar a política de carestia e concessões ao imperialismo que vem executando. Os comunistas continuam, portanto, a lutar pela formação de um governo nacionalista e democrático, que seja capaz de promover o desenvolvimento independente do país, assegure o bem-estar do povo, combata efetivamente a carestia da vida, e estabeleça relações com todos os países em benefício da economia nacional.

A união das forças nacionalistas e democráticas em torno deste objetivo é condição básica para que possa surgir, no momento oportuno, o candidato digno de ser apoiado pelo povo brasileiro.

Eleito por uma ampla coligação de forças democráticas e nacionalistas, entre as quais os comunistas, o sr. Roberto Silveira foi para o Palácio do Ingá sob os aplausos do povo. Grandes são as esperanças que os trabalhadores e a população pobre depositam em que o governador realize a plataforma apresentada como candidato, pois a realização dessa plataforma muito contribuirá para o rápido progresso da terra fluminense e para a melhoria das condições de vida das massas.

Poderá o sr. Roberto Silveira corresponder ao que dele se espera? Creemos que sim. Conta com uma forte e extensa base política formada pelos partidos que integram a Coligação Popular Nacionalista; dispõe da colaboração da classe operária, através da totalidade dos sindicatos; tem a simpatia da maioria dos estudantes, manifestada por diversas de suas organizações; e, finalmente, ao seu lado se encontram os trabalhadores do campo anelados por medidas concretas que sejam capazes de melhorar a difícil situação que atravessam.

Mas, a realização de uma política democrática e nacionalista está, principalmente, na dependência da ação das correntes partidárias que levarão o sr. Roberto Silveira à chefia do governo, da pressão que sobre eles fizerem as massas populares. Isto não significa, evidentemente, que o governador não seja o principal responsável pelos atos da sua administração.

Quais as tendências reveladas pelos primeiros atos do novo governador fluminense?

Um exame, mesmo superficial, revela um aspecto positivo na formação do secretariado: nele não se encontram entreguistas. De certo modo, secretariado é a expressão da Coligação Popular Nacionalista: nele participam, de acordo com sua força eleitoral, todos os partidos que compõem a Coligação, com exceção dos comunistas, que nada postularam. Além disso, ocupam secretarias políticas ligados aos movimentos democráticos e patrióticos como Jonas Balense, presidente da Frente Parlamentar Nacionalista, Jorge Loreti, que ainda em seu tempo de estudante participou das lutas em defesa do petróleo e de outras riquezas minerais, e Paulo Kale, estreitamente ligado aos sindicatos do Estado. Se a composição do governo merece críticas, estas devem, agora, concentrar-se na presença de elementos anticomunistas e na pouca qualificação de alguns secretários, cuja capacidade é insuficiente para assegurar uma gestão plenamente frutífera. Entretanto, apesar de todas as restrições, cabíveis à composição do secretariado, pode ser realizada uma administração favorável ao povo.

A atitude de novo governador fluminense providenciando a retirada imediata do destacamento policial de Piratema, atendendo assim as reclamações dos camponeses, e a ausência de policiais, para as costumeiras ações de intimidação e repressão, nas áreas dos tecidos da Manufatura Fluminense, da fábrica de sedas e outras empresas, revelam sem dúvida a intenção de respeitar as liberdades democráticas. E' de se esperar, portanto, que sejam afastados do aparelho policial indivíduos comprometidos em crimes contra o povo na época do sr. Barcelos Felo e outros chefes de polícia atrabilhados.

São também acertados os passos do governo visando a conclusão dos serviços de distribuição de energia elétrica iniciados pelo sr. Miguel Couto Filho, nas localidades de Tangará e Posse dos Coutos.

LÍDERES DO ENTREGUISMO FAZEM CONTRABANDO

Escandalosa negociata no Ceará em que aparecem os srs. Armando Falcão e Adolfo Gentil

Os srs. Armando Falcão (deputado do PSD, líder da maioria) e Adolfo Gentil (ex-deputado peessedista) apareceram envolvidos num escandaloso contrabando de automóveis, descoberto e denunciado em Fortaleza, capital do Ceará. Consta o contrabando de 38 volumes procedentes dos Estados Unidos e desembarcados no porto de Macuripe. A carga foi despachada pela Emmer Corporation e destinada, aparentemente, a duas entidades religiosas: a congregação do Apostolado dos Padres Palotinos e a Sociedade Salesiana Inspetoria de São João Bosco, ambas com sede no Rio. Segundo o manifesto de embarque, a carga devia conter 28 caminhões, 9 caminhões e 2 automóveis. Ao se abrirem as caixas, foi verificado, entretanto, que não havia nenhuma camioneta rural, mas sim carros de alto luxo, além de algumas camionetas com ar condicionado, rádio e assentos que se convertem em camas.

Em face da evidência de contrabando, os fiscais adu-

O GOVERNO DO SR. ROBERTO SILVEIRA

LINCOLN OEST

nhos, e à solução dos problemas comuns dos municípios do chamado contorno: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis. E o mesmo ocorre quanto à anunciada decisão de concluir o plano de eletrificação do Estado, bem como o planejamento para a solução definitiva do problema da usina hidrelétrica de Macabú. Tais providências devem, todavia, ser acompanhadas de medidas concretas porque, conforme bem sabe o sr. Roberto Silveira, de palavras o povo fluminense já está saturado.

Não desconhecemos as dificuldades que surgirão. Mas é inevitável que, dentro da própria plataforma da campanha eleitoral, o caminho justo a ser seguido é o que leva à melhoria da situação das massas, já extremamente sacrificadas pela carestia da vida. Julgamos, por exemplo, que é chegada o momento para a efetiva aplicação do artigo 138 da Constituição do Estado, instalando-se postos de abastecimento que forneçam diretamente à população artigos de primeira necessidade. Também seria benéfica a aquisição, pelo governo, diretamente dos produtores, de gêneros alimentícios e sua entrega a preço de custo aos pequenos e médios comerciantes a fim de serem revendidos ao consumidor com pequena margem de lucro. Muito contribuirá, para conter a alta do custo da vida, a aplicação dos dispositivos da Constituição estadual que facultam a entrega de terras aos camponeses, que deverão, também contar com crédito barato e a longo prazo, e com ajuda técnica.

E' irrecusável a obrigação que tem o sr. Roberto Silveira quanto ao desenvolvimento da industrialização do Estado. E' certo que muitas questões dependem diretamente do governo federal. Mesmo perante estas não se pode ficar de braços cruzados. E' o caso das tentativas de participação de capitais privados na Companhia Siderúrgica Nacional, o que possibilitaria o controle desta empresa pelos grandes trustes norte-americanos do aço. Não se pode permanecer, também, como espectador diante da sabotagem à conclusão da Cia. Nacional de Alcañis ou das investidas contra o caráter nacional da Fábrica Nacional de Motores.

Por outro lado, há problemas dependentes diretamente

do governo estadual. Por que não, anular, por exemplo, o ato que prorrogou, ilegalmente, por trinta anos o contrato com a Cia. Brasileira de Energia Elétrica, libertando a indústria fluminense de Bond and Share? Seria afastado, assim, um dos maiores obstáculos ao nosso desenvolvimento.

Os comunistas confiam em que a gestão do novo governador seja benéfica para os fluminenses. Têm diante dele uma posição construtiva, ainda quando formulam críticas.

Dispõem-se a ajudá-lo a cumprir seu programa eleitoral empenhando-se no sentido da ampliação e fortalecimento da Coligação Popular Nacionalista. Não pouparão esforços para que, em torno da luta pelas reivindicações nacionalistas e pela solução dos problemas imediatos das massas, se unam todos aqueles que, desejando o progresso do Estado e o bem-estar do povo, querem o Brasil inteiramente livre da ação deformadora e retardada dos monopólios norte-americanos.

ALASTRA-SE A GREVE DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS

Declarações de apoio do presidente da UNE — O ministro Clóvis Salgado examina as tabelas dos colégios

Toma vulto a greve de protesto contra o aumento das anuidades escolares, decidida em resolução unânime do Conselho Brasileiro dos Estudantes Secundários. Dirigido nacionalmente pela UBES, o movimento adquiriu impulso nos últimos dias, atingindo o maior número de colégios na capital da República e nos Estados.

Uma Comissão, constituída de representantes da AMES e da UBES, foi criada para se manter em entendimentos com o Ministro da Educação, sr. Clóvis Salgado, que, à procura de uma solução, está examinando as tabelas de preços de todos os colégios secundários do país.

Para prestar informações nos pais dos alunos grevistas, o presidente da UBES, Afonso Celso Guimarães, organizou um serviço que funciona na sede da UNE.

APOIO DA UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES

O II Conselho Nacional de Estudantes, recentemente reunido, resolveu dar inteiro apoio à campanha da UBES, reafirmando assim decisão anterior da UNE. O presidente Raymond Eirad, falando à nossa reportagem, destacou a justiça do movimento dos estudantes secundaristas.

— A campanha dos colégios secundaristas — afirmou — é muito justa e o aumento das anuidades escolares

não deve ser tolerado pelos estudantes. E os pais de família que tiverem consciência de suas obrigações por certo saberão orientar seus filhos na luta contra o extorsivo aumento. Mesmo os pais que têm fortuna deveriam apoiar a campanha contra o aumento das anuidades, pois assim darão um excelente exemplo de solidariedade humana para com os pais pobres que desejam educar seus filhos.

A POLÔNIA NA V BIENAL DE SÃO PAULO

A Polônia estará representada este ano na V Bienal de São Paulo. Notícias de Varsóvia dão conta da designação oficial da delegação que acompanhará a grande mostra internacional do Museu de Arte Moderna de São Paulo a representação das artes plásticas polonesas: Mieczyslaw Porebski, Comissário — historiador e professor de história das artes e membro do Instituto Nacional das Artes; suplente: o crítico de artes plásticas Ryszard Stanislawski; Conselheiro: pintor Andrzej Kobzdej.

CONGRESSO MUNDIAL DE ESPERANTO

Em comemoração do centenário de nascimento do cientista polonês dr. Ludwik Zamenhof, criador do idioma internacional, será realizado em Varsóvia o 44.º Congresso Mundial de Esperanto. O certame, que reunirá especialistas de vários países terá lugar no próximo mês de agosto. O Estúdio de Filmes Documentais de Varsóvia deverá realizar uma película de média metragem sobre a vida do criador do Esperanto, filme que se destinará particularmente às escolas e instituições culturais e educacionais.

NOVOS RUMOS

Editor — Mario Alves
Redator-chefe — Orlando Bonfim Jr.
Secretário — Frugim Carlos Borges
REDATORES
Almir Mattos, Rul Fucó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.
MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S 1711 —
Telefone: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 267, 9º andar, S 905
Endereço telegráfico — NOVOS RUMOS
ASSINATURAS
Anual — Cr\$ 250,00
Semestral — Cr\$ 130,00
Trimestral — Cr\$ 70,00
Área ou sob registro, despesas à parte
Número avulso — Cr\$ 5,00
Número atrasado — Cr\$ 8,00

UNIFICAR E ORIENTAR AS LUTAS CONTRA A CARESTIA

Traçados os planos da campanha pelos dirigentes sindicais do Distrito Federal — Articulação com São Paulo, Minas e demais estados

mento da população quanto as verdadeiras causas da carestia.

O movimento sindical já apresentou um programa de luta contra a carestia, entre o qual se encontra a elaboração de um plano de trabalho para o ano de 1959. Aprovado em emendas e acréscimos em todos os pontos essenciais, foi esse programa reiteradamente en-

caminhado ao presidente da República. Mas, até hoje, apesar das promessas, o governo não deu importância ao esforço e às advertências dos trabalhadores. Por isso agora se trata de passar a esclarecer a população e mobilizá-la a fim de forçar o governo a tomar medidas eficazes.

UNIFICAR AS LUTAS

Um grande assembleia de dirigentes sindicais foi criada uma Comissão para coordenar a luta no Distrito Federal. Contatos deverão ser estabelecidos com os Estados, principalmente São Paulo e Minas, visando unificar as ações de todo o povo, que estão dispersas e por isso possibilitam ao governo fugacear, fazendo promessas aos grupos isolados que o procuram, nada efetivamente cumprindo.

AVISO AOS LEITORES

Informamos aos nossos leitores que, a partir desta edição, NOVOS RUMOS estará nas bancas todas as quintas-feiras. Qualquer falta na distribuição deste semanário pode ser comunicada à nossa Administração na Avenida Rio Branco, 257, sala 905, diretamente ou pelo telefone: 42-7344.

A Revolução De Cuba

NUM LIVRO SENSACIONAL

Sierra Maestra — A Revolução de Fidel Castro

DE ARMANDO GIMENEZ

- * Um testemunho vivo de tudo o que aconteceu nos agitados dias do movimento revolucionário cubano.
- * Em cada página um episódio da luta que empolgou o mundo.
- * Dia por dia, minuto por minuto, a narrativa completa e pormenorizada de todos os acontecimentos.
- * Impressionantes documentos sobre o terror da ditadura de Batista.
- * A Revolução, suas causas, seus líderes e a grande revolta.
- * Entrevista com Fidel Castro e Ernesto «Che» Guevara.

Adquira este livro para conhecer a história da Revolução Cubana desde a queda de Machado até o triunfo definitivo de Fidel Castro

EDIÇÃO PROFUSAMENTE ILUSTRADA

PREÇO — CR\$ 160,00

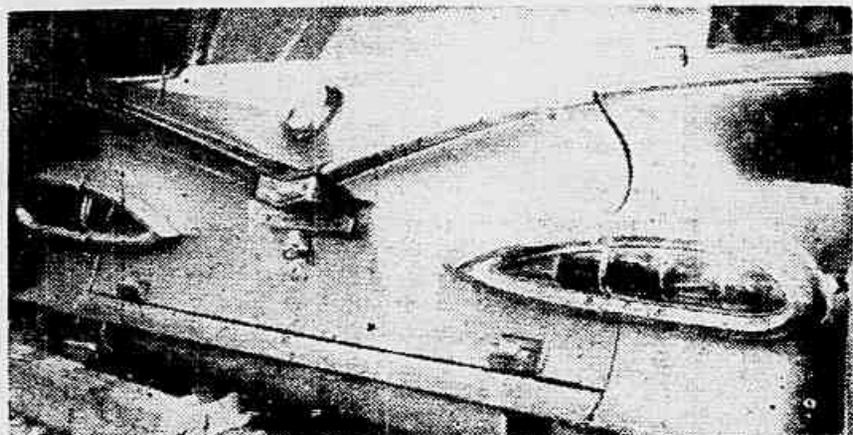
Faça o pedido de seu exemplar na

Livraria Das Bandeiras

Rua Riachuelo, 342 — loja 2 — São Paulo

PELO REEMBOLSO POSTAL QUE SERÁ ATENDIDO PRONTAMENTE

NOVOS RUMOS SEMANA EM FOTOS



ENTREGUISMO E CONTRABANDO

Armando Falcão (líder do governo na Câmara Federal) e Adolfo Gentil (ex-deputado, agente da Standard Oil) aparecem envolvidos no escândalo de um contrabando de camionetas e carros de luxo no Ceará. A foto é da cauda de uma das camionetas Chevrolet de superluxo, dotadas de ar condicionado, camas, etc. desembarcadas "por engano" no porto de Mucuri. (Leia na 11.ª página).



NO CONGO BELGA

Em sua rebelião dos primeiros dias de janeiro deste ano, os habitantes do Congo Belga atacaram os carros da polícia que os enfrentavam. Nesta foto, vemos um grupo de rebeldes congolezes de Leopoldville que, depois de arrancarem um poste de sinalização de tráfego, arremeteu contra a viatura da polícia dos colonizadores belgas. Depois, do poste fizeram uma bandeira: "Saíam do Congo!"



UM NEGÓCIO DO FIEVO

Esta é uma das compras altamente vantajosas do sr. Renato Felo; um tipo de locomotiva americana com rodas de borracha para andar sobre dormentes de ferrovia! Dia e informante que por onde passa arreventa tudo e, naturalmente, com a trepidação terrível sobre os dormentes da estrada, se arreventa também. A foto é uma colaboração do editor José Araújo, de quem publicamos um artigo na 5.ª página



A LIGHT ATRAPALHA

A Prefeitura abriu uma artéria necessária ao desfogo do trânsito no Rio: o corte do Morro de Santo Antônio que ligou a Rua do Lavradio à Av. Almirante Barroso. Mas, tudo pronto, eis que resta um trambolho — verdadeira pedra no meio do caminho — o abrigo de bondes da Light, num canto do Largo da Carioca, mais conhecido por "Tabuleiro da Baiana". Exige-se a demolição do abrigo



MACMILLAN EM MOSCOW

O primeiro-ministro inglês resolveu romper a intransigência da política exterior do Bloco do Atlântico imposta pelos Estados Unidos, e foi a Moscou. Falou diretamente ao povo russo: em Moscou, Kiev, Leningrado. Falou pela televisão da Capital soviética. Suas conversações com Kruschiov foram as mais francas. Nesta foto, vemos Macmillan num hanquete que lhe foi oferecido no Palácio do Kremlin, no ludo de Krasnaya Mitailin e de

3 MAY 27
COPY

SUCESSÃO PRESIDENCIAL FALA PRESTES

A formulação da plataforma e a escolha do candidato à Presidência da República não podem mais ser decididos longe das vistas do povo. As massas exigem uma nova política e querem um candidato capaz de realizá-la. Inviável o apoio das forças nacionalistas a nomes bafejados pelo Catete. Jânio é um agente do entreguismo e da reação — (Reportagem na primeira página)

ANO I — RIO 7 A 13 DE MARÇO DE 1959 — N.º 2

NOVOS RUMOS

REDAÇÃO: AV. RIO BRANCO, 257 — SALA 1712

LER NESTA EDIÇÃO

UNIFICAR E ORIENTAR AS LUTAS CONTRA A CARESTIA

TEXTO NA 11.ª PÁGINA

DEMISSÃO DE LUCAS LOPES

É O QUE EXIGEM LÍDERES SINDICAIS E ESTUDANTIS DE MINAS GERAIS

(Reportagem na 1.ª pág.)

JÂNIO: UM PROGRAMA ENTREGUISTA DE GOVERNO

REPORTAGEM NA 3.ª PAG.

